

Revista **Aeronáutica**

ISSN 0486-6274

Número 308
2020



PRESIDENTE

Maj Brig Ar Marco Antonio
Carballo Perez

1º Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda
Machado

2º Vice-Presidente

Brig Ar Carlos José Rodrigues de
Alencastro



Expediente

Jul. a Set.

2020



www.caer.org.br

revista@caer.org.br

ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Manoel José Manhães Ferreira

SEDE CENTRAL

Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor Administrativo e Chefe da Secretaria-Geral

Cel Av Théo Salgado Falcão

Diretor Beneficente

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Diretor Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Diretor Financeiro e Patrimonial

Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

Assessor Secretaria-Geral - Cap Adm Ivan Alves Moreira

SEDE BARRA

Diretor Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Diretor Aerodesportivo

Cel Av Luiz Claudio Cunha Ottero

Diretor de Operações e Diretor Técnico do Dep. Aerodesportivo

Cel Av Pedro Pereira Alonso

Assessores

Social - Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro

Financeiro - Cel Int Carlos Eduardo Costa Mattos

Administrativo e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

Infraestrutura - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

SEDE LACUSTRE

Assessor - Cap Esp Met José Renato do Nascimento

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

• PABX (21) 2210-3212

3ª a 6ª feira de 8h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-100

• (21) 3325-2681

4ª a domingo de 9h às 17h30

COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

Assessores Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venancio Grossi

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Cel Av Ajauri Barros de Melo

REVISTA AERONÁUTICA

(21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Ten Brig Ar Marco Aurélio Mendes

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez

Cel Av Bruno Pedra

Cel Av Renato Paiva Lamounier

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Ten Cel Av Flávio Kauffmann

Jornalista Responsável

2º Ten QOCON Jor Erika Blaudt

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Administrativo

Gabriela da Hora Rangel

Amanda de Farias Lima

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Briefing do Capitão Newton Lagares aos seus comandados, da Esquadrilha Verde, antes da missão na Campanha da Itália e, ao fundo, no P-47, um membro da equipe de terra

Você pode ler, fazer *download* ou compartilhar esta revista e as edições anteriores no link <http://www.caer.org.br/acervo/>



Sumário

- 4 MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
- 5 NOTÍCIAS DO CAER
A Redação
- 7 O PENÚLTIMO VOO
Ghisi Costa
Cel Av
- 8 DESAFIOS CONJUNTURAIS
Ives Gandra da Silva Martins
Jurista
- 10 FOI A SOCIEDADE QUE MUDOU
OU O STF QUE SE EXTRAVIOU?
Percival Puggina
Arquiteto, empresário e escritor
- 12 O ALFAIATE, OS CUPINS
E OS MONSTROS
Afonso Farias S. Júnior
Cel Int
- 15 AULA COM CARLOS NEJAR
Antonio Carlos Araújo de Melo
Capitão de Mar e Guerra
João Victorino Ferreira
Jornalista (*In memoriam*)
- 17 ÚLTIMA AUDITORIA DO TCU
NO SIVAM
Maj Brig Ar Álvaro Luiz Pinheiro da Costa
- 20 A IGNORÂNCIA LETRADA:
ENSAIO SOBRE A MEDIOCRIZAÇÃO
DO AMBIENTE ACADÊMICO
Paulo Roberto de Almeida
Doutor em Ciências Sociais
- 26 PARA QUE AINDA SER CRISTÃO?
Joseph Ratzinger
Papa emérito Bento XVI
- 30 FIDELIDADE
Dietrich Von Hildebrand
Filósofo e teólogo católico (*In memoriam*)
- 34 ANIVERSÁRIO DO MARECHAL
EDUARDO GOMES
UMA MEDALHA E ALGUMAS
HISTÓRIAS
Ten Brig Ar Astor Nina de Carvalho Netto
- 36 AS GERAÇÕES DA AVIAÇÃO
DE CAÇA NO BRASIL:
PASSADO, PRESENTE, FUTURO?
Brig Ar Teomar Fonseca Quirico
- 40 A ESTAÇÃO DE HIDROAVIÕES:
AS RAÍZES DO INCAER
Elaine Gonçalves da Costa Pereira
Ten QOCON His
- 44 A OBRA DE ARTE EM HEIDEGGER
E MERLEAU-PONTY
Carlos Frederico G. Calvet da Silveira
Filósofo
Tiago Cabrera
Filósofo
- 48 QUASE MORRI...
Reinaldo Peixe Lima
Cel Av

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Estimados sócios, civis e militares:

Estamos entrando na Primavera, a estação das flores, e com elas, a nossa esperança de voltarmos a viver uma vida mais normal, sem essa de “o novo normal”, como estão querendo nos impingir a todo o momento!

Conforme previmos na edição passada, o nosso Clube de Aeronáutica reabriu as suas portas totalmente, no dia 10 de julho. Estamos funcionando plenamente há mais de dois meses. A experiência tem sido gratificante, apesar de ainda não termos recuperado todas as receitas que tínhamos antes da pandemia. A procura atual por aluguel dos nossos salões para eventos particulares e institucionais, mesmo com a autorização legal para isso, ainda é ínfima. A Sede Barra já atingiu um movimento razoável nos finais de semana. As reuniões de turmas da FAB já recomeçaram na Sede Central. É muito bom ver os companheiros se congregar novamente.

É interessante lembrar que no dia 5 de agosto, o nosso CAER completou 74 anos de existência. Um “jovem senhor” saudável e forte! Infelizmente não pudemos fazer o tradicional Baile de Aniversário, por motivos óbvios, mas iniciamos os trabalhos para realizarmos uma série de atividades alusivas às comemorações dos 75 anos para o ano que vem. Teremos muitas novidades!

Neste exemplar temos muito conteúdo. São vários artigos de todos os tipos: filosóficos, políticos, técnicos e operacionais. Temos no cardápio iguarias para todos os gostos. Ficamos muito felizes e gratificados pelas várias manifestações de carinho e elogios pela edição passada, a de número 307, recebidas por meio de e-mails e telefonemas. Muito grato a todos!

Desejamos bons momentos aos nossos leitores!

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Presidente do Clube de Aeronáutica



Sede Central



CAER REELEGE PRESIDENTE

A eleição do Clube de Aeronáutica (CAER), ocorrida no dia 22 de setembro, na Sede Central, reelegeu a Presidência, as Vice-presidências e os Conselhos Deliberativo e Fiscal atuais para manter a instituição firme em sua missão de fomentar o círculo militar e o pensamento brasileiro e aeronáutico. A Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizou

a eleição por “aclamação”, para a posse do Presidente, do Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, dos Conselhos Efetivos e Suplentes do Conselho Deliberativo e dos Conselhos Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal do CAER para o biênio administrativo 2020/2022. A AGO foi conduzida pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Ten Brig Ar Paulo Roberto

Cardoso Vilarinho, e contou com a presença de 36 sócios com direito a voto. Para a próxima gestão continuará na Presidência do Clube, o Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez; o Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado, como 1º Vice-Presidente; e o Brig Ar Carlos José Rodrigues Alencastro, como 2º Vice-Presidente.

Desejamos muito sucesso a todos!

NOVOS INTEGRANTES NO VIVEIRO

Novos integrantes chegaram na Sede Central do Clube de Aeronáutica (CAER) para morar no seu jardim: dois exemplares de Grou Coroado. Cada um mede mais de 1,2 m de altura, sua envergadura chega a dois metros e estão no viveiro, patrimônio histórico tombado há décadas, que fazia parte da Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos-Dumont (leia mais na página 40).

De andar elegante e com um penacho amarelo na cabeça, que se assemelha a uma coroa, essas aves exóticas pertencem à família gruiformes, denominada Gruidae, a mesma de jacamim, saracura, frango-d’água, pavão-do-pará, siriema... Alguns vivem na América do Norte, Europa, Ásia, África e no norte da Austrália.

Originários da África, os novos integrantes são machos e vieram de cativeiro. Os novos moradores do CAER são considerados sagrados em algumas regiões do continente. Estudos apontam que são pássaros gregários, que se comunicam entre si por meio de vocalizações ruidosas. São migratórias e voam sempre com o pescoço estendido. Na época de reprodução constroem um ninho feito de lama e vegetação em regiões pantanosas, onde colocam dois ovos. Os juvenis recebem a atenção de ambos os progenitores. As aves são regularizadas, cadastradas no IBAMA e possuem Nota Fiscal e Certificado de Origem. Elas chegam para desejar um cotidiano mais colorido a todos.



REVISTA AERONÁUTICA RECEBE NOVOS CONSELHEIROS EDITORIAIS

O Conselho Editorial da Revista Aeronáutica recebe mais dois membros para contribuir com as suas edições futuras: Cel Av Bruno Pedra e Ten Cel Av Flávio Kauffmann. Eles passam a integrar o Conselho Editorial, que é formado pelo Ten Brig Ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes; pelo Presidente do CAER, Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez; pelo Cel Av Renato Paiva Lamounier; e pelo Diretor do Departamento Cultural do Clube, Cel Av Araken Hipólito da Costa.

No dia 20 de agosto foi realizada uma reunião, na Sede Central do CAER, com todos os membros, a fim de apresentar o periódico, o fluxo do processo editorial e também fazer a devida recepção aos novos conselheiros.

O Ten Brig Mendes participou da reunião por meio de vídeo-chamada e, assim como o Brig Perez, saudou os novos membros e desejou um novo começo para o Conselho Editorial. Os novos



integrantes contribuirão com o processo editorial e com a renovação constante da linha editorial desta tradicional revista.

Sejam bem-vindos ao Conselho Editorial!

Da esquerda para a direita, parte do conselho editorial, Cel Av Bruno Pedra, Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez, Cel Av Renato Paiva Lamounier, Cel Av Araken Hipólito da Costa e Ten Cel Av Flávio Kauffmann

GRUPOS PENSAMENTO BRASILEIRO E AERONÁUTICO RETOMAM OS ESTUDOS

O encontro dos Grupos de Estudos Pensamento Brasileiro e Aeronáutico, deste ano, foram retomados (parte *on-line*, parte presencial), em agosto e setembro, respectivamente, na Sede Central do Clube de Aeronáutica, para fomentar debates e voltar-se ao pensamento filosófico, posicionando o CAER como **A Casa do Pensamento Brasileiro**.

O Grupo de Estudos do Pensamento Brasileiro tem estudado sobre o culturalismo e a sociedade para a implementação do Curso EAD (Ensino a Distância). Promovido há dez anos pelo Departamento Cultural do CAER, o estudo resultou neste curso que objetiva oferecer informações relacionadas à filosofia nacional para se entender melhor as questões de brasilidade e da própria cultura brasileira.

Já o Pensamento Aeronáutico começou neste ano contando com os conselheiros editoriais da Revista Aeronáutica para compor o grupo, que se desdobrará nas reflexões direcionadas por princípios filosóficos para a construção da soberania nacional e aeronáutica.



O PENÚLTIMO VOO

Ghisi Costa

Cel Av

TTC (Tarefa por Tempo Certo) no CINDACTA II
(Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de
Tráfego Aéreo em Curitiba/PR)

jefersonghisi@uol.com.br

Tendo voado por um longo tempo na aviação brasileira, incluindo os marcantes voos na aviação de Caça, fiquei pensando em como deverá ser a despedida desta vida para aquela outra, a definitiva, aquela que nos leva diretamente ao encontro do nosso Criador. É o que a minha querida e saudosa Vó Maria chamava de “viaginha”.

Penso que esta pequena e derradeira viagem, caso seja eu um bom Cristão – estou me esforçando para tal, será provavelmente um voo calmo, com o próprio Jesus ao meu lado, como sempre Ele esteve, dentro da nacele do avião, dando as instruções sobre velocidade, nível de voo, e outros procedimentos operacionais tão conhecidos pelo pessoal da aviação. Ou talvez, seja um pouco diferente e até mais emocionante. Um voo de elemento, ou seja, uma formação de dois aviões, sendo Jesus o líder, no avião à frente, e eu, como um bom ala operacional, devidamente posicionado pouco atrás, seguindo todos os movimentos e a direção do avião líder.

Ok, câmbio. Este voo já está quase tudo combinado, faltando acertar apenas alguns detalhes.

Mas, o que me deixa mais alerta e ansioso é sobre o outro voo, o anterior ao último, aquele que é pré-requisito para o voo final, quando, em sonho, será recordada e revivida grande parte dos demais voos que eu realizei durante a vida. Quando serão relembrados os amigos da Caça, os instrutores, os esquadrões e as cidades por onde passei, as viagens, os *briefings* e os diferentes tipos de voo, incluindo o emprego do armamento, o tiro aéreo, a formatura tática, as comemorações e até os momentos de descontração no esquadrão. O penúltimo voo.

Nem todo herói usa capa



*Desenho de Luis Henrique,
meu filho, entregue no dia
do meu aniversário*



Em outros tempos já sonhei bastante com os voos na Caça. Depois, foi rareando, e, por um longo tempo, não mais sonhei com eles.

Mas, em tempos mais recentes, voltei a sonhar com tais voos. Acontece que, nestes sonhos, nunca chego a decolar. Lembro-me de já ter colocado o macacão, o equipamento anti-G, as fitas restritoras e o capacete. Já assisti a vários *briefings*. Certa feita até já cheguei a entrar no avião e dar a partida e realizar o táxi até à cabeceira da pista. Porém, nunca, jamais, nunca cheguei a decolar para este voo.

Quando isto acontecer, saberei

que é um sinal do Criador, um aviso demonstrando que estou pronto para o voo final.

Certamente que, ao chegar deste penúltimo voo, se der tempo, ainda pegarei mais uma vez a minha caderneta de voo já envelhecida pelo tempo e ali anotarei os seguintes dados:

Identificação: Joker126 (Pacau47).

Penúltimo voo realizado com sucesso.

Conceito: Voo Bom.

Resultado: piloto promovido a líder de esquadrilha celestial.

Comentário final: piloto apto a realizar o voo final ■

DESAFIOS CONJUNTURAIS



Fragmento de tecido
Seda
França - Lyon, 1760-1765

A crise mundial provocada pela Covid-19 está longe de uma solução, visto que, apesar dos esforços de cientistas de todo o mundo, não se encontrou, ainda, uma vacina contra a insidiosa doença e restam muitas dúvidas sobre o seu espectro. Se o problema concernente à saúde continua grave e preocupante, o problema econômico não é menor, exigindo reformulação dos padrões clássicos de planejamento para compensar, em termos de elevada queda do PIB, a alavancagem da recuperação futura, na qual alguns elementos de difícil contenção e compressão permanecem, a despeito do preço que a sociedade está pagando, como é o do custo burocrático dos governos mundiais.

A queda do PIB em todos os países provoca menos receita tributária para sustentar a máquina administrativa pesada que exige os mesmos recursos pré-pandemia de uma sociedade fragilizada, com redução de disponibilidades para investimentos e sensível aumento do desemprego no mundo.

As políticas econômicas globalizadas cedem terreno às políticas nacionais, à luz da necessidade das nações de enfrentar os efeitos deletérios da crise, em nível não simétrico. A exigência de preservação em cada país de sua força produtora gera um retorno, pelo menos provisório, à teoria de “Mateus, primeiro os teus”, visto que a ajuda dos países mais ricos ou de organismos internacionais aos emergentes ou às nações mais pobres terá redução considerável, além de sensível impacto no comércio internacional.

Todos os governos do mundo enfrentam os mesmos dilemas. O Brasil acrescentou uma terceira crise, desde a saída cinematográfica do ministro Sérgio Moro, que, como magistrado, passou à História do Brasil no combate à corrupção, ou seja, uma crise política, na qual os três poderes estão envolvidos, até mesmo em manifestações de seus dirigentes à imprensa, que, como quarto poder da so-

ciedade, envolveu-se também com tomada de posição sobre a conjuntura nacional.

Começo pela presidência. Eleito pelas redes sociais, contra a maioria dos grandes veículos de comunicação, terminou se indispondo com a clássica mídia – não saberia dizer se por ação ou reação – passando a ter a imprensa, em grande parte, contra ele. Dessa forma, só o que não vai bem no governo é noticiado. Exemplifico com o noticiário sobre o coronavírus. O Brasil, por sua população, está, em números absolutos, em segundo no ranking de mortes no mundo. Em números relativos, todavia, estava em décimo nono lugar ainda na semana passada. Embora tenhamos em torno de 50 mil mortos, temos também, aproximadamente, um milhão de brasileiros curados. Os dados positivos não são trazidos ao público pela maioria da grande imprensa. Outro exemplo: o maior programa social da História do Brasil, ou seja, os seiscentos reais distribuídos para dezenas de milhões de brasileiros, que exigiu uma logística fantástica em montagem e rapidez, só é lembrado pelos poucos milhares de pessoas que ainda não receberam.

O Poder Judiciário, cujos ministros, indiscutivelmente, são competentes e idôneos, na adoção do “consequencialismo jurídico”, que se auto-outorgou de poder invadir competências de atribuições e legislativas de outros poderes, viu todos os seus ministros, escolhidos pelos presidentes anteriores, sentirem-se com a missão civilizatória de corrigir o que consideravam errado na atuação dos outros poderes, com o que passaram a ter uma atuação, além da Constituição, de caráter também político, estimulada pelo apoio da mídia antipresidente, com o que as declarações de Bolsonaro e de ministros do Pretório Excelso, são, constantemente, objeto de posicionamentos não jurídicos. Já não falam somente nos autos, mas também fora deles. O Legislativo, por outro lado, a todo o momento, por meras suspeitas, vê seus

parlamentares, apoiadores do presidente, serem investigados, sofrerem buscas e apreensões, perdendo, pela não defesa de sua autonomia e liberdade de expressão, protagonismo no debate Judiciário *versus* Executivo.

Os três poderes foram tratados no título IV da Constituição Federal, muito embora a defesa do Estado e das instituições democráticas, em momentos de crise, tenha sido disciplinada no título V. Tem a seguinte dicção: “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”, dividido em quatro partes (Estado de Defesa, de Sítio, Forças Armadas e Segurança Pública). Estamos num Estado democrático de direito (artigo 1º), em que os poderes devem ser harmônicos e independentes (artigo 2º).

Estou convencido de que chegou o momento de os três poderes dialogarem a bem do país, pois as soluções para os desafios atuais poderão ser comprometidas pela inoportunidade dessa crise entre poderes. Temos necessidade de duas reformas fundamentais para permitir o Brasil começar a se levantar da violenta queda do PIB, do desemprego e da perda de competitividade. De uma reforma tributária e de uma reforma administrativa. Na primeira, abandonaria as grandes mudanças constitucionais e passaria a uma reforma simplificadora da legislação ordinária para facilitar a compreensão da caótica legislação brasileira. Seria mais simples, mais rápida e mais útil. Na segunda, se não fizermos uma “lipoaspiração” no tamanho da burocracia e da Federação, reduzindo a esclerosada máquina administrativa, o Brasil estará condenando, para benefício de uns poucos, gerações futuras de brasileiros.

O momento é de efetivas crises, econômica e de saúde. Que os nossos dirigentes discutam os problemas de divergências políticas quando a nau da Federação tiver deixado o tormentoso mar das duas crises, pois, caso contrário, o mar sorverá essa nau com seus passageiros ■

FOI A SOCIEDADE
QUE MUDOU
OU O STF QUE SE
EXTRAVIOU?





Retrato de Duval de L'Épinois
Maurice-Quentin de La Tour
Pastel
França, 1745

Percival Puggina

Membro da Academia Rio-Grandense de Letras, arquiteto,
empresário e escritor e titular do
site www.puggina.org, colunista de jornais e sites no país.

puggina@puggina.org

“N

ão podemos mais tolerar essa situação que se passa no Ministério da Saúde. Não é aceitável que se tenha esse vazio. Pode até se dizer: a estratégia é tirar o protagonismo do governo federal, é atribuir a responsabilidade a estados e municípios. Se for essa a intenção, é preciso se fazer alguma coisa. Isso é péssimo para a imagem das Forças Armadas. (...) É preciso dizer isso de maneira muito clara: o Exército está se associando a esse genocídio, não é razoável. É preciso pôr fim a isso.” (ministro Gilmar Mendes)

Seria necessário ter problemas neurológicos para que, mesmo sem capacidade de leitura e interpretação, os sentidos não bastassem para identificar nessas palavras o ânimo agressivo e o assumido viés político do ministro. Conforme demonstrei em artigo anterior, Gilmar Mendes não é o único a explicitar esse “ponto de vista”. Outros colegas seus, em recentes declarações, deixam vaziar o mesmo pendor, o mesmo estado de espírito e se comprimem sobre o mesmo ponto de vista em relação ao Poder Executivo. Todos esses casos são típicos de um fenômeno em curso no Brasil, afetando a harmonia e a ordem na sociedade.

Refiro-me a algo muito escasso entre nós, que se pode definir como adequação consciente do agir ao ser. Sim, o que direi a seguir, se aplica, também, ao presidente da República. Todo professor, por exemplo, deve ter a consciência da importância do ser professor, não pode assumir-se como “trabalhador em Educação”, nem agir como militante de causas políticas e, muito menos ainda, despejar sobre seus alunos as ditas narrativas com que o conhecimento é emprestado e a realidade dissimulada. Todo religioso deve identificar-se como tal, no vestir, no falar e no agir; não pode fazer do altar palanque de comício, nem

da liturgia mero pacote de instrumentos para cumprir, naquele impróprio cenário, objetivos inerentes a seu fervor político ou ideológico. Todo detentor de mandato eletivo deve ter consciência da dignidade inerente à representação da sociedade, sabendo que esta pode elevar-se com ele, ou com ele soçobrar. Testemunhei tempos em que tudo isso era intuitivo. Depois, presenciei parlamentares sequestrando plenários, arrancando papéis das mãos do presidente da Casa, instalados como farofeiros na mesa da presidência... E assisti ao processo pelo qual a negociação própria dos parlamentos deslocou-se de sua essência deliberativa para ingressar, pragmaticamente, no mundo dos negócios.

Um magistrado, e de modo especial um ministro do STF, deve ter a compostura de magistrado, não deve ser alguém em busca de notoriedade e de protagonismo político. Deve falar pouco, preferivelmente nos autos; trabalhar muito, preferivelmente no Brasil e em sua atividade. Uma vida pessoal discreta, igualmente lhe cai bem.

Diferentemente, o ministro Gilmar Mendes e seus colegas se creem pedagogos gerais da República e de seus cidadãos. Assumem-se como fornecedores do bem em forma de texto autografado (o que já seria uma pretensão abusiva), e também em forma de palpites grosseiros, formulados com as razões do fígado, a custo zero para uma imprensa ávida pelos bocadinhos de intriga que isso possa gerar. Como surpreender-se alguém com o somatório de desgostos que causam aos cidadãos? Será meramente casual o fato de nunca antes haver o STF experimentado tais antagonismos na sociedade? Foi a sociedade que mudou ou o STF que se extraviou? Nenhum dos onze ministros se pergunta: “por que esse sentimento em relação a nós, agora quando eu estou aqui?”. Alô? ■

O ALFAIATE, OS CUPINS E

Desde o início de março que a sociedade assiste episódios de sencontrados, estapafúrdios e de grande desinformação nas comunicações endereçadas ao cidadão brasileiro. Uma cesta de incertezas foi jogada na sala dos lares nacionais: proibições, recomendações, equívocos, medidas acertadas e outras exageradas. Pouco falaram dos alfaiates, prevaleceram os cupins e os monstros.

Os monstros são aqueles que se apropriaram da morbidez da notícia, da divulgação do tenebroso e da massificação da desgraça. São pessoas, jornais, canais televisivos, mídias sociais e profissionais da saúde comprometidos com o sistema (político partidário ou enviesados pelo mercado). Espalharam o medo, o terror e o pavor... Geraram o conteúdo para florescer a histeria. E construíram o alicerce para derrubar a economia e renascer a criminalidade – nas diversas acepções.

Em segundo plano, mas não menos ativos, estão os cupins da República. Nas sombras, escondidos e promovendo a discórdia, a polêmica e o caos. Pessoas que estiveram no poder e criaram a derrocada das estruturas e sistemas dos diversos segmentos nacionais. Dirigentes e governantes alheios à vontade do povo e preocupados somente com a conquista e manutenção de poder, exalaram venenos verbais aos quatro cantos. Quando estavam em seus cargos, pouco ou nada fizeram em prol do desenvolvimento humano dos brasileiros. Afastados do poder, colocam-se como vestais e gênios da política e/ou da gestão da coisa pública. Responsáveis por corroerem as bases de sustentação da saúde, da educação e da segurança pública do Brasil, querem expor soluções e dizer qual o melhor caminho a trilhar. São canalhas, patifes ou criminosos? Esses insetos merecem o ostracismo e o total desprezo da nação,

para sempre! Definitivamente, a população sentiu na pele todas as ausências que eles produziram. Toda a mentira que impuseram por algumas décadas.

Considerando o Brasil em sua extensão e complexidade, muitos conhecem a diversidade regional nacional e sabem que a problemática da pandemia tem comportamento diferente nas regiões e, por isso mesmo, não pode ser resolvida com procedimentos únicos. É como o alfaiate atua: vê medidas, curvas, retas, postura, faz recomendações apropriadas, testa e entrega o serviço/produto. A saúde, a economia e a segurança pública não podem atuar estancamente. Não se pode separar a realidade nem muito menos esquecer dela. O vírus é real, letal e tem de ser combatido nos espaços conforme o seu comportamento e disposição de meios localizados. Fechar tudo; isolar todos; retirar direitos constitucionais consagrados da população; e fazer a gestão do medo não é, e nunca será, uma medida eficaz de combater vírus ou qualquer outro vetor. Japão e Coreia do Sul são exemplos da boa atuação nesse parque de impropriedades pandêmicas. Atuaram como alfaiates no tecido social. Observaram, discutiram a situação, lançaram medidas pontuais, testaram e acompanharam continuamente o desenvolvimento da covid-19 em seus territórios.

No Japão, o estado de emergência deve terminar em breve (em algumas semanas), com novos casos de coronavírus tendo diminuído para meras dezenas. Não foram impostas restrições à mobilidade aos habitantes e empresas. Não foram implantados aplicativos de alta tecnologia que rastream os movimentos das pessoas. Por lá, não há um centro de controle de doenças. O país testou apenas 0,2% da população, uma das taxas mais baixas entre países desenvolvidos, mas conseguiu achatar a curva, com mortes bem abaixo de

mil, tornando-se, de longe, o menor número entre países desenvolvidos do G-7. Em Tóquio, com alta densidade populacional, os casos caíram para um dígito na maioria dos dias. Em virtude dos rastreadores de contato existentes no Japão, aos primeiros sinais das infecções, a resposta foi rápida, uma vez que seus centros de saúde pública (que, na normalidade, rastreavam infecções – como influenza e tuberculose) agiram com velocidade e precisão.

Quanto à Coreia do Sul, não houve quarentena decretada pelo governo nacional. Ruas e transportes públicos continuaram na frequência normal. Empresas e pessoas continuaram suas vidas normalmente. Máscaras não foram impostas, mas recomendadas – raro presenciar alguém sem a proteção pelas ruas e estabelecimentos.

Em prédios públicos há controle mais rigoroso: verificam temperatura, tem álcool em gel na entrada, anotam seus dados. Entretanto, em mercados e em outros lugares privados não têm isso. O país controlou, de forma rigorosa, a entrada de pessoas no país. Qualquer pessoa (nativa ou não), viajante, ao chegar no território coreano tinha de pagar US\$1.400 para ficar de quarentena por duas semanas em alojamentos do governo. Os testes de verificação são gratuitos a qualquer hora, para todos que estejam por lá.

No Brasil, somas vultosas de dinheiro foram destinadas aos estados – pelo governo federal, e muitos equipamentos e materiais distribuídos pelo Ministério da Saúde e pelas FFAA para várias localidades necessitadas. Já começam a surgir, no entanto, as denúncias de irregularidades na contratação de serviços e aquisição de materiais e equipamentos para combater a pandemia. A politicagem engoliu o vírus e o trem viaja desgovernado. Em futuro próximo, o povo saberá discernir sobre essas questões. O advento da República, em 1889, por certo, não

OS MONSTROS

Afonso Farias S. Júnior

Cel Int

Professor e Doutor em Desenvolvimento Sustentável

afonsofariasjunior@gmail.com

fez bem ao país. Favoreceu uma oligarquia que queria poderes absolutos e o empecilho era um imperador bem quisto e amado pela população da época. Essa oligarquia vem revezando poder desde então – a qualquer custo e, de certa forma, age criminosamente, como em 1889 e nos mais variados episódios da História recente do Brasil.

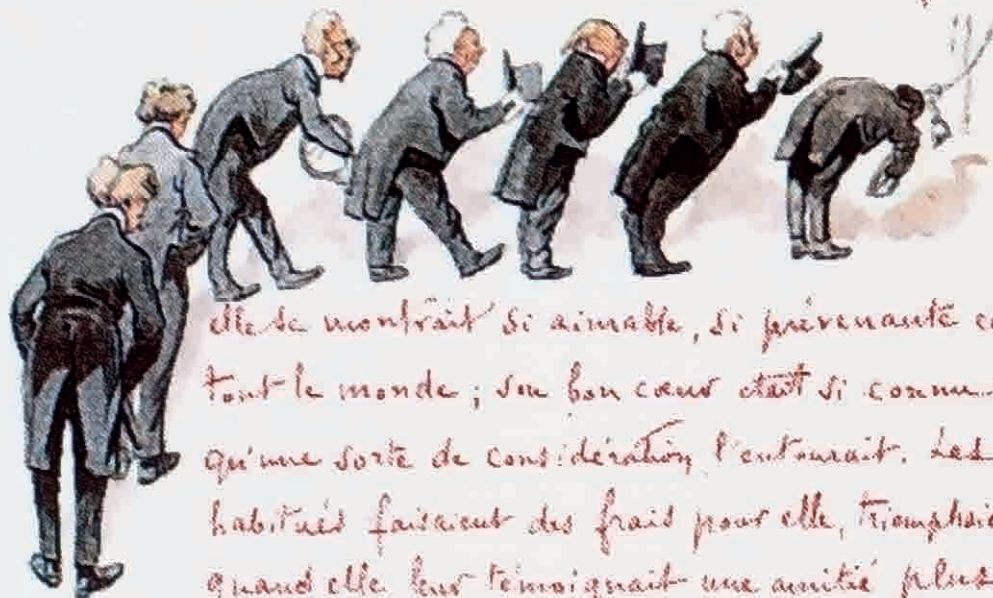
Em 27 de junho de 2020, os números do Ministério da Saúde para covid-19 são os seguintes casos confirmados: 1.313.667; óbitos: 57.070; mortalidade/100 habitantes – 27,2; incidência/100 habitantes – 625,1; e recuperados – 715.905. A região mais impactada pela doença é a Sudeste e, em seguida, a Nordeste. São Paulo está com mais de 265,6 mil casos e 14,3 mil óbitos. O Rio de Janeiro tem 108,8 mil infectados e quase 9,8 mil mortos pelo novo coronavírus. No Nordeste, os estados mais impactados são Ceará (106,6 mil casos e 5,6 mil mortos); Pernambuco (57 mil casos e 4,7 mil mortos) e Maranhão (78,1 infectados e 1,9 mil óbitos). O Amazonas destaca-se no Norte, com 69 mil infectados e 2,7 mil óbitos.

Esse é o quadro da doença nos estados mais impactados, em 27 de junho de 2020. O sistema de saúde arrasado e funcionando em frangalhos, os fracos resultados educacionais continuados nos últimos 30 anos aliados ao fortalecimento do crime organizado, juntamente com a politicagem desenfreada, desmedida e leviana, cooperaram para as estatísticas acima dispostas. Urge modificar a essência da Constituição Federal em vigor, que coopera com a judicialização interminável das questões políticas e reduzir ou findar com o ativismo judicial. Finalizando, melhorar a qualidade dos integrantes dos três poderes constitucionais – nas três esferas públicas – retirará o Brasil do desastre e contemplará desejos e aspirações pretendidos pelo povo. O povo decidirá ■



Pato Bravo Morto
Albrecht Dürer
Alemanha, 1502
Aquarela e tinta opaca
sobre pergaminho

L'établissement, unique dans la petite ville
 était assidûment fréquenté. Madame avait
 su lui donner une tenue si comme il faut



elle se montrait si aimable, si prévenante envers
 tout le monde; son bon cœur était si connu
 qu'une sorte de considération l'entourait. Les
 habitués faisaient des frais pour elle, triomphaient
 quand elle leur témoignait une amitié plus
 marquée; et lorsqu'ils se rencontraient dans
 le jour pour leurs affaires, ils se disaient: « A
 ce soir, on vous salue. » Comme
 on se dit: « Au Café, n'est-ce
 pas? après dîner. »



Enfin, la maison Tellier
 était une ressource et rarement
 quelqu'un manquait au rendez-

-vous quotidien.

Or, un soir, vers la fin du mois

AULA COM CARLOS NEJAR

Antonio Carlos Araújo de Melo

Capitão de Mar e Guerra

araujodemelobr@ig.com.br

João Victorino Ferreira

Jornalista (*In memoriam*)

O escritor gaúcho Carlos Nejar, dos mais atuantes membros da Academia Brasileira de Letras, voltou ao Curso do Pensamento Brasileiro, no Clube de Aeronáutica, para um voo rasante sobre a literatura brasileira, desde os primeiros escritos deixados por Pero Vaz de Caminha, quando da chegada à Terra de Santa Cruz.

Como bem lembrou o CMG Antonio Carlos, este voo rasante decola com as reflexões da literatura sobre a alma indígena (colonizado), passando pela alma do negro (escravizado) e pela alma do oprimido social, sendo esta última escala objeto de intensa ebulição cultural, em que os modernistas foram projetados, nacionalmente, pela Semana de Arte de 1922.

Nejar lamentou profundamente que as obras literárias não estejam no foco primordial dos cadernos culturais dos jornais e revistas. Também deixou clara a sua tristeza, pelo fato de não termos escritores brasileiros indicados ao Prêmio Nobel, sendo que apenas um autor da língua portuguesa foi agraciado: José Saramago.

AFINIDADE COM A NAÇÃO

Segundo a percepção do Cel Av Paulo Fernandes da Silva, “o palestrante discorreu sobre as mais expressivas obras literárias produzidas desde épocas mais remotas. Percorreu diversos séculos, mostrando o trabalho de escritores que sempre demonstraram imensa afinidade com este território, com a nação que nele foi forjada, fruto da miscigenação de nativos com os conquistadores brancos e os escravos negros.

“Alguns desses primeiros literatos nem sempre eram brasileiros natos, mas con-

quistaram a cidadania pelo fato de viverem intensamente esta terra, como foi o caso do Padre José de Anchieta. Outros, embora brasileiros natos, tratavam de temas afins com o Brasil, mas aqui não viviam, como Gonçalves Dias, para citar um exemplo.

“Também me considerei instigado pelo palestrante, quando sugeriu que refletissemos a respeito da sutil distinção acadêmica entre os termos poesia e poema. Degustei as palavras dele ao comentar que a poesia não é gênero textual e não está necessariamente relacionada à palavra escrita. Enfatizou isso dizendo que um belo quadro ou uma escultura podem estar repletos de poesia sem que tenham uma única letra, uma única palavra.

“A referida sutileza me levou a aprofundar uma pesquisa sobre a mencionada diferença, que me permitiu concluir que a poesia é um gênero de composição poética, e poema é a obra desse gênero. Poema é o objeto poético e o texto onde a poesia se realiza.”

A RIQUEZA LITERÁRIA

Maria Aline Soares Brito é uma aficionada pelas Letras. Sentiu uma incomensurável paixão de Carlos Nejar pela literatura brasileira, “o que transbordou no decorrer de toda a explicação”.

“É sempre muito bom reconhecer que os nossos melhores intelectuais já não dão mais as costas à nossa literatura, tão rica e peculiar. Reconhecem e a admiram, sem compará-la a ninguém, nem a todos aqueles que cantam sua cultura e seu povo através de ficções bem inventadas. A escrita é sempre uma invenção, uma invenção humana.

“As ‘Cartas de Caminha’ até hoje nos

comovem, com a terra prometida em seus dizeres. Depois nos trouxe os poemas do Padre José de Anchieta, escritos na areia e preservados na memória; os célebres e tão atuais ‘Sermões’, do Padre Antonio Vieira; Gregório de Matos; os épicos de Basílio da Gama louvados por Machado de Assis, a quem dedicou muitas loas e o considerou o grande gênio da nossa literatura, ressaltando que foi ao mesmo tempo uma expressão de sua época e uma exceção a ela; Cláudio Manoel da Costa; Cruz e Souza, que afirmou ser o nosso ‘Dante negro’; Gonçalves Dias e o seu inigualável ‘Juca Pirama’; Álvares de Azevedo; Casimiro de Abreu, o mais popular entre os românticos; Alphonsus de Guimaraens, a quem reconheceu como o ‘Petrarca brasileiro’; Manuel Bandeira; e Castro Alves, que considerou um marco.

“Abordou a obra de Clarice Lispector, um dos ‘monstros’ mais temidos da nossa literatura, um trabalho onde impera a subjetividade. Uma autora ímpar, que causou um impacto imperecível, com a densidade e a elegância de sua escrita. Também ressaltou a importância de outra mulher na nossa história literária: Cecília Meireles.

“Guimarães Rosa foi lembrado por ‘Grande Sertão, Veredas’, que Nejar considerou como sendo a sua obra mais importante e responsável pela invenção de uma nova língua, que possibilitou o entendimento de um Brasil até então desconhecido pelos próprios brasileiros.

“Carlos Drummond de Andrade não poderia estar ausente. Lembrou o tradicional ‘No Meio do Caminho’, onde a tônica da pedra é a marca. E também citou ‘E Agora José?’, cujos versos se encaixam no atual momento em que vivemos.

“Não fugindo às suas raízes gaúchas,

lembrou Mario Quintana, alertando que o conjunto da obra exprime um particular entendimento dos fatos, dos costumes, e uma intuitiva compreensão dos homens e da vida. Em um só verso, em uma pequena historieta ou ainda em breves reflexões, Quintana comprova a sua inclinação para o coloquial, para a palavra liberta de medida, traços que identificarão a sua obra para sempre.”

UM BOM PANORAMA

Luba Sampaio enalteceu o aprendizado pela nossa literatura, “desde as primeiras linhas através da ‘Carta de Pero Vaz de Caminha’, passando pelos missionários evangelizadores e chegando às ‘Espumas Flutuantes’, de Castro Alves; a Gonçalves Dias e o seu foco no índio, com ‘Minha Terra Tem Palmeiras’; as ‘Memórias Póstumas de Brás Cubas’, do Machado de Assis; os poetas simbolistas; e Guimarães Rosa, com a sua obra ‘Grandes Sertões, Veredas’, dentre outros”.

Waldyr Rodrigues também se disse encantado com essa “viagem rápida, porém profícua através do nosso universo literário”. Navegamos desde a ‘Carta de Caminha’, marco inicial, que profetizava o surgimento de escritores até chegarmos a Mário Quintana e outros autores contemporâneos.

“No decorrer desse itinerário, tivemos o Padre José de Anchieta, que escrevia para evangelizar os indígenas; o Padre Antonio Vieira, que falava com Deus; Gregório de Matos, ‘Boca do Inferno’; Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antonio Gonzaga, os inconfindentes; o poeta dos escravos, Castro Alves; e muitos outros. Em cada uma dessas ‘estações’ foram apreciadas suas características e obras principais.

“Mas o tempo, bálsamo para todos os males, agora conspirou contra nós, trazendo-nos de volta à realidade. Desta feita, porém, com a alma mais leve e enriquecida, usando uma imagem citada pelo escritor Carlos Nejar, quando comentou que o espaço de tempo foi curto. Sem sombra de dúvida, porém, suficiente para nos impregnar de cultura e saber.”

MEXENDO NA MEMÓRIA E INFÂNCIA

Alfredo Muradas Dapena alegou que a palestra mexeu com a sua memória e o fez lembrar-se dos tempos de infância e juventude.

Disse que “podemos acompanhar as figuras significativas da nossa história e as suas expressões literárias”. Como Nejar comentou, a cultura é a maneira de ser de um povo e as artes se constituem na maneira da cultura se exprimir. Assim, pelas artes nós acompanhamos a evolução da história de um povo.

O escritor lembrou que a literatura é o conjunto de obras literárias, de reconhecido valor estético, pertencentes a um país, época, gênero etc., composta de romances, poesias, poemas, contos, cantos e novelas, só para citar alguns meios de expressão. E através dos livros percorreu as fases da nossa evolução, desde as origens portuguesas até os dias de hoje, e que marcam a vida do único país a oeste de Portugal que preserva esse idioma.

“Através dessa palestra revivi a fase quinhentista, a de aculturação dos índios, em que a literatura jesuítica se destacou através do Padre José de Anchieta e do Padre Antonio Vieira (‘Sermão de Santo Antônio ou dos Peixes’); o barroco, no século XVII, com obras marcadas pela angústia e pela oposição entre o mundo material e o espiritual, e também onde aparecem figuras de linguagem, como metáforas, antíteses e hipérboles, e aqui tivemos Bento Teixeira (‘Prosopopéia’) e Gregório de Matos Guerra (‘Boca do Inferno’), como principais representantes; no século XVIII, o neoclassicismo ou arcadismo, onde o complexo é trocado por uma linguagem mais fácil, valorizando a natureza e a mulher amada, como foi feito pelos escritores Cláudio Manoel da Costa (‘Obra Poética’), Basílio da Gama (‘O Uruguai’), Tomás Antonio Gonzaga (Marília de Dirceu’ e ‘Cartas Chilenas’) e Frei José de Santa Rita Durão (‘Caramuru’).

“A seguir comentou sobre o romantismo do século XIX e os fatos históricos que surgi-

ram nesse período (chegada da Família Real portuguesa e a Independência, em 1822) influenciando a literatura de José de Alencar (‘O Guarani’), Gonçalves de Magalhães (‘Suspiros Poéticos e Saudades’), Castro Alves (‘Espumas Flutuantes’), Gonçalves Dias (‘Primeiros Cantos’), Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire e Teixeira e Souza.

“Trouxe também informações sobre o realismo/naturalismo da segunda metade do século XIX, em que a realidade social, cenas cotidianas, conflitos humanos, crítica e visão irônica surgiram numa linguagem popular, como o fez Machado de Assis (‘Memórias Póstumas de Brás Cubas’), Aluizio de Azevedo (‘O Mulato’ e ‘O Cortiço’) e Raul Pompéia (‘O Ateneu’).

“O parnasianismo do final do século XIX e começo do século XX, com o rigor formal e a poesia descritiva foi lembrado pela obra de Olavo Bilac, Raimundo Corrêa, Alberto de Oliveira e Vicente de Carvalho.

“Surgido no final do século XIX, o simbolismo também fez parte deste roteiro do Carlos Nejar. Comentou que os poetas dessa época usavam uma linguagem abstrata e sugestiva, enchendo as suas obras de misticismo e religiosidade, como encontrado em Cruz e Souza e em Alphonsus de Guimaraens.

“Euclides da Cunha (‘Os Sertões’), Monteiro Lobato, Lima Barreto (‘Triste Fim de Policarpo Quaresma’) e Augusto dos Anjos foram mencionados como representantes do pré-modernismo (1902 a 1922). Logo a seguir citou Mário de Andrade (‘Macunaíma’), Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Alcântara Machado e Manuel Bandeira como identificados com o modernismo (1922 a 1930).

“Por fim, abordou o neorrealismo (1930 a 1945), em que destacou ‘Vidas Secas’, de Graciliano Ramos; ‘Fogo Morto’, de José Lins do Rego; ‘O Quinze’, de Rachel de Queiroz; e ‘O País do Carnaval’, de Jorge Amado. Além desses autores mencionou Vinícius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meireles, como os principais poetas.” ■



*Broche Libélula
René Lalique
França, 1897-1898
Ouro, esmalte,
crisoprasso, calcedônia,
pedras da lua
e diamantes*

Maj Brig Ar Álvaro Luiz Pinheiro da Costa
pinheiro.alvaro@yahoo.com.br

ÚLTIMA AUDITORIA DO TCU NO SIVAM

O Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) pode ser considerado no Brasil, quiçá no mundo, um raro, senão único, exemplo de contrato governamental bem sucedido, terminado dentro do preço e do prazo contratual, com transferência de

tecnologia e gerido com transparência, lisura e eficiência, sempre sob constante fiscalização.

Corroborando esta afirmativa ousada, basta dizer que o projeto, no valor inicial de US\$1.395.000.000,00 (um bilhão trezentos e noventa e cinco milhões

de dólares estadunidenses), acabou três dias antes do prazo contratual de oito anos, implantou mais sensores e sistemas do que originalmente previsto, e ainda deixou de utilizar mais de US\$50 milhões do financiamento autorizado pelo Congresso.

Infelizmente, por não ter sido corretamente informado à população, o SIVAM sofreu críticas de todos os gêneros, a maioria por desconhecimento, mas algumas, também, por interesses contrariados, o que levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a ter especial atenção com a fiscalização do contrato, resultando em nove auditorias daquela egrégia corte sobre o projeto, durante os oito anos de sua execução.

Esta atenção especial, apesar de incômoda, por trabalhosa, foi até considerada importante internamente, para garantir que a comissão da aeronáutica encarregada da gestão do contrato – Comissão de Coordenação do Projeto SIVAM (CCSIVAM), não relaxasse na fiscalização ou nos processos, buscando agir sempre da melhor forma para a administração pública, o que resultou na aprovação das contas em todas as nove auditorias realizadas por aquele tribunal.

Infelizmente essas nove aprovações não foram adequadamente divulgadas pela imprensa. A frequência das auditorias era tanta, sempre com uma equipe de três auditores, dos quais dois eram substituídos na inspeção seguinte, que a CCSIVAM tinha uma sala permanentemente montada para a equipe do TCU.

É importante entender que o SIVAM, que foi quase sempre mencionado como um “sistema”, foi de fato um **projeto**, com começo, meio e fim, concebido pelo governo brasileiro e não pela aeronáutica, como apresentado pela mídia e, em consequência, entendido de forma incorreta pela maioria da população, tendo terminado e sido legalmente encerrado em 22 de julho de 2005, após oito anos de execução contratual, perscrutada pelas já citadas auditorias do TCU.

Eu cheguei à CCSIVAM em março de 1996 e passei então a pesquisar, conhecer e entender melhor o Projeto SIVAM, que começou a ser executado contratualmente em 25 de julho de 1997, depois de se recuperar dos percalços

resultantes da falência da empresa ESCA, escolhida inicialmente para ser a empresa integradora brasileira.

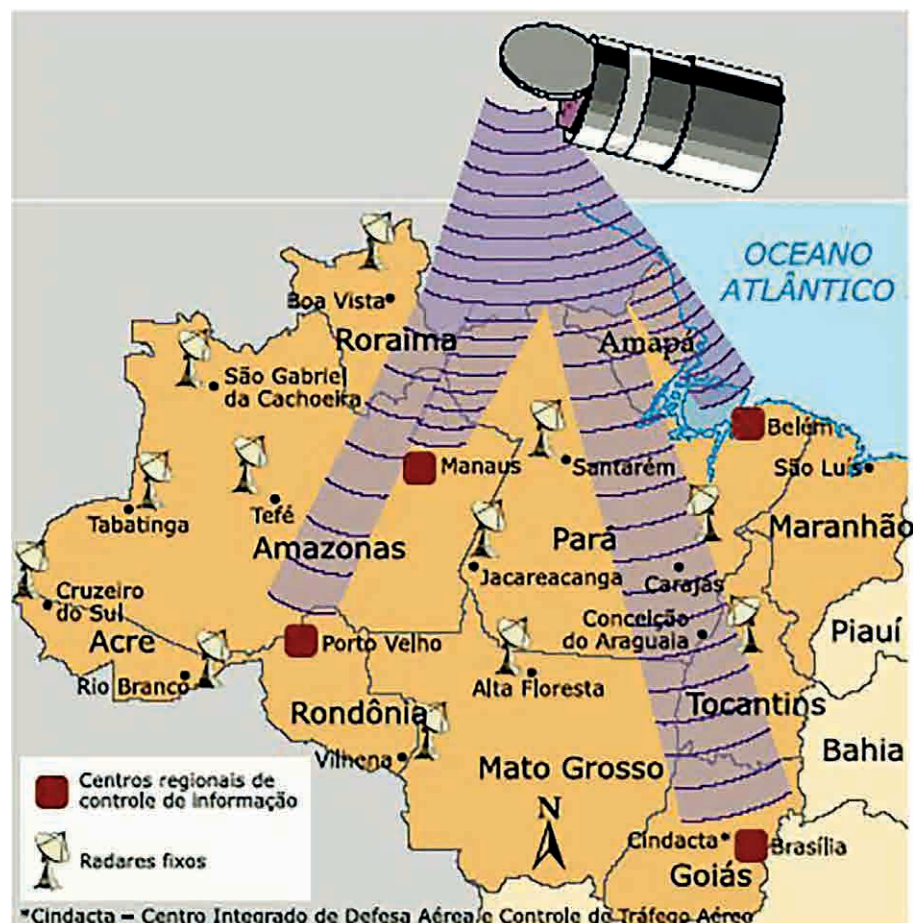
Inicialmente fui diretor de Operações da CCSIVAM, durante o período em que as diversas concepções, configurações e projetos estavam sendo elaborados e analisados. Depois, de junho de 1999 a junho de 2001, fui designado como chefe da 2ª Comissão de Fiscalização e Recebimento de Materiais e Serviços nos Estados Unidos (COMFIREM – SIVAM), que foi responsável pelo recebimento em fábrica FAT (*Factory Acceptance Test*) de mais de 95% dos materiais e serviços do Projeto SIVAM.

Voltando ao Brasil, passei um período de um ano na ESG, em 2002, depois do que assumi, no final daquele mesmo ano, a vice-presidência da CCSIVAM, no momento em que as obras civis na Amazônia estavam terminando e sendo recebidas; os materiais chegando; e as

instalações e testes de aceitação em campo SAT (*Site Acceptance Tests*) de todo o projeto estavam sendo realizados.

Finalmente, creio que mercê de todas as funções que exerci na Comissão, fui designado como Presidente da CCSIVAM, no começo de 2004, e tive o privilégio de assinar o Termo de Encerramento do Projeto, em 22 de julho de 2005, três dias antes do prazo final do contrato.

Legal e contratualmente, fomos inclusive capazes de implementar mais do que o originalmente previsto, como por exemplo, os Centros Estaduais de Usuários, que não existiam na concepção inicial, mas sua necessidade foi constatada somente durante a implantação do SIVAM. Para tanto, tiramos proveito da cláusula contratual de atualização tecnológica, que determinava que o fornecimento fosse ao estado da arte no momento em que a configuração de cada



Esquema territorial do SIVAM
(Sistema de Vigilância da Amazônia)

subsistema fosse “fechada”. Com isso, não apenas o equipamento era melhor como, normalmente, era mais barato, resultando em economia de recursos.

Curiosamente, já nos últimos meses do Contrato do Projeto SIVAM, a CCSIVAM recebeu do Tribunal de Contas da União (TCU) a notificação de que iria realizar mais uma auditoria, a nona, que deveria ser a última. Nesta, além do exame administrativo dos processos, os auditores solicitaram ainda verificar *in loco*, de acordo com o cronograma contratual, o último sítio completado na Amazônia, que estava localizado em Eirunepé (AM).

Para atendê-los, nos deslocamos em aeronave comercial do Rio de Janeiro (RJ) para Manaus (AM), a fim de pernoitarmos e coordenarmos com o então COMAR 7 (Sétimo Comando Aéreo Regional) o apoio de uma aeronave C-97 Brasília da FAB (também implantada pelo Projeto SIVAM, para apoio aos deslocamentos logísticos na Amazônia), ida e volta no trecho Manaus (AM)/Eirunepé.

No dia seguinte decolamos do aeroporto de Ponta Pelada (na então Base Aérea de Manaus) às 8 horas, em voo direto para Eirunepé. Na chegada, ainda em voo, já podíamos avistar o radar tridimensional local girando, para apoiar o controle de tráfego aéreo e a defesa aérea na área, sob responsabilidade do CINDACTA IV (Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo), sediado em Manaus.

Após o pouso em Eirunepé recebemos o apoio do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA) local para que os três auditores do TCU pudessem inspecionar todos os sensores e sistemas ali implantados pelo projeto (estações meteorológicas de superfície e de recepção de dados de satélites, telecomunicações terrestres e satelitais, estação de rádio de comunicações com aeronaves, obras civis de infraestrutura e urbanização, o próprio radar tridimensional, estação de tratamento de água e efluentes etc.).

Durante nossa visita ao sítio de Eirunepé, a tripulação do C-97 da FAB me informou que, como o Rio Juruá estava muito baixo, a cidade só estava sendo suprida com balsas de pequeno calado e, por isso, o aeroporto estava com estoque baixo de combustível de aviação. Por isso, os pilotos sugeriram que voltássemos passando primeiro por Tabatinga (AM), antes de voltarmos para Manaus, onde eles já tinham confirmado que haveria como abastecer sem problemas.

Coordenei a alteração do itinerário com o COMAR 7, que autorizou a modificação; contatei o Chefe do DTCEA de Tabatinga, solicitando apoio na nossa chegada; e dei a notícia aos auditores do TCU, informando, além disso, que como aquela nova escala também possuía um dos sítios implementados pelo SIVAM, eles poderiam aproveitar para auditar os sistemas e sensores que foram instalados naquela cidade, pelo projeto.

Decolamos então de Eirunepé para Tabatinga, onde, enquanto os pilotos providenciavam o abastecimento da aeronave, os auditores aproveitaram para realizar a inspeção do sistema de tratamento de água, do radar bidimensional, do radar e estações meteorológicas de superfície e de altitude (com sensor de ozônio), das telecomunicações, da estação rádio de comunicações com aeronaves, de obras civis de infraestrutura e urbanização, dos sistemas de segurança etc.

Dado o avançado da hora, almoçamos por lá mesmo, e tivemos inclusive a oportunidade de visitar rapidamente Leticia, na Colômbia, cidade geminada a Tabatinga, antes de decolarmos de volta. Quando estávamos prontos para embarcar no C-97 para Manaus, o general comandante da Brigada local do Exército Brasileiro nos abordou, perguntando se poderíamos voltar fazendo uma escala em Tefé (AM), porque uma adolescente naquela localidade estava com crise renal e precisava ser

evacuada com urgência para um hospital em Manaus.

Novamente liguei para coordenar com o COMAR 7, informei ao Chefe do DTCEA de Tefé, para conseguir um apoio ao chegarmos, e dei a notícia aos auditores do TCU, acrescentando que naquela próxima localidade (Tefé) também havia um dos sítios implementados pelo SIVAM, e que eles poderiam ampliar ainda mais a auditoria que estavam realizando, se assim o desejassem. Isto posto decolamos de Tabatinga para Tefé e, com o apoio do DTCEA, os auditores aproveitaram para também realizar uma inspeção rápida daquele sítio, que tem duas áreas separadas, onde seus sistemas, sensores e a infraestrutura ficam distribuídos, enquanto a tripulação coordenava com o posto de saúde local os procedimentos para o transporte da menina doente – que estava bastante anestesiada – e do pai, que embarcou juntamente com ela.

Finalmente decolamos com o C-97 de Tefé para Manaus, chegando somente à noite, apesar de originalmente nossa chegada estar prevista para as 15 horas, com uma ambulância do Exército já nos esperando no aeroporto. Isso tudo, depois de os auditores do TCU terem tido a oportunidade de não somente conhecer, inspecionar e aprovar três diferentes sítios implementados pelo Projeto SIVAM, mas, principalmente, de testemunhar um pouco da realidade da Amazônia e da importância da FAB para o apoio ao pessoal daquela região, tão carente de recursos e meios de transporte.

Esta foi a “saga” daquela última auditoria realizada pelo TCU no SIVAM, aprovando e coroando de êxito esta iniciativa pioneira do governo brasileiro. Os auditores puderam avaliar a seriedade do trabalho do Comando da Aeronáutica na coordenação, fiscalização e gestão daquele projeto tão importante para a Amazônia, um exemplo singular e destacado nesses tempos de Lava-Jato ■



Paulo Roberto de Almeida
Doutor em Ciências Sociais, Mestre em
Planejamento Econômico, Diplomata
@PauloAlmeida53 (Twitter)

A IGNORÂNCIA ENSAIO SOBRE A MEDIOCRIZAÇÃO

Ensaio sobre a crescente deterioração da qualidade da produção acadêmica brasileira na área de humanas, examinando a natureza do problema, suas causas, suas consequências mais evidentes e as evidências disponíveis, de modo indireto. Ademais das pedagogias freireanas, que estão na raiz da tragédia educacional nos dois primeiros ciclos de ensino, o sistema de educação superior padece de viseiras mentais criadas por ideologias supostamente progressistas que deformam a percepção da realidade e contribuem para a erosão de qualidade nos diferentes ciclos de ensino.

NOTA PRELIMINAR

1

Sempre me lembro de um aforismo de Ferreira Gullar quando vou escrever um texto a partir do zero, sem notas e sem preparação: “A crase não foi feita para humilhar ninguém”. Pois bem, este ensaio não foi feito para humilhar nenhum acadêmico, nem para ofender a categoria, de modo geral. Apenas desejei externar uma reflexão feita inteiramente a partir do que constato nos ritos e nas práticas acadêmicas, com base na interação com outros professores, no exame de artigos submetidos ao meu parecer e também

formada na leitura de muitos artigos publicados.

O uso do conceito de “mediocrização”, em relação à academia, e não simplesmente em conexão com a televisão aberta, por exemplo, ou, de maneira geral, com a cultura de massas no Brasil, pode parecer exagerado e indevido, mas me pareceu necessário nas circunstâncias atuais. Em qualquer hipótese, a mediocridade reinante não é obra de um ou dois acadêmicos; ela é um empreendimento coletivo de longa duração, que já vem desde algum tempo no passado recente e que promete se estender por um tempo ainda indefinido no futuro da academia brasileira.



*Canapé com assentos de canto
Jean-Nicolas Blanchard (marceneiro)
e Antoine Rascalon (escultor)
França, 1784
Madeiras de nogueira e faia
douradas e folha de ouro
Tapeçaria dos Gobelins*

LETRADA: DO AMBIENTE ACADÊMICO

NOTA PRELIMINAR

2

Talvez o adjetivo “letrada” pudesse ser substituído por um equivalente mais culto, “ilustrada” digamos, para caracterizar a ignorância ostentada na “parte alta” da sociedade, isto é, naquela supostamente dedicada ao conhecimento de alto nível. No meu conceito, porém, essa ignorância não merece a caracterização “ilustrada”, pois se trata mesmo, apenas e tão somente, de cultura “letrada”, na sua acepção mais elementar. Com estes “avisos” a toda a comunidade, agora começo.

1. O problema

A universidade brasileira, como todos sabem, é uma construção tardia. Talvez alguma sumidade acadêmica atribua seus evidentes traços negativos ao chamado “capitalismo tardio” em nosso país, qualquer que seja o significado desse conceito histórico naturalmente anacrônico (pois que todo processo complexo e multissecular, como o capitalismo, apresenta defasagens temporais em suas manifestações concretas, em cada situação social determinada); mas a verdade é que a mediocrização também é uma obra tardia, pois o fenômeno só surge

depois que a universidade foi inteiramente construída. Formada a partir de escolas e faculdades isoladas na primeira metade do século 20, a universidade brasileira só começou a engrenar um sistema de pós-graduação a partir do final dos anos 1960: a “substituição de importações” nessa área foi um processo lento, ainda não de todo acabado, mas já bastante consolidado para os padrões habituais dos países em desenvolvimento. Pode-se dizer que, do ponto de vista dos procedimentos administrativos e das técnicas de formação e de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, a missão foi razoavelmente bem

cumprida, muito embora as “importações” ainda permaneçam como um componente importante em várias áreas do sistema (o que é absolutamente natural e necessário).

Essa construção se deu basicamente sob o regime militar (1964-1985), não ocorrendo depois, na redemocratização e no período recente, nenhuma “revolução” no terceiro ciclo, pelo menos não comparável ao processo de rupturas registrado durante a fase autoritária. Os governos posteriores se limitaram a expandir o sistema, por vezes de forma anárquica, abrindo novos espaços ao setor privado, na ausência de investimentos estatais no setor, ou na incapacidade de governos estaduais e do próprio governo central fazê-lo de modo compatível com as necessidades detectadas. Essa expansão se deu de forma mais “elástica” do que sistêmica, bem mais do lado quantitativo do que qualitativo, embora se possa dizer que a produção ampliada também melhorou sensivelmente de qualidade em muitas áreas.

O que a redemocratização trouxe de diferente foi, justamente, um simulacro de “democratização” das instituições universitárias, sob a bandeira da “autonomia”. Na verdade, um aumento extraordinário e uma forte consolidação do corporativismo e do sindicalismo em todas as faixas profissionais, ambos os fenômenos dominados por partidos e movimentos de esquerda e pelo chamado “baixo clero” (e, portanto, já tendente ao que chamei de mediocrização das instituições). Não existe novidade nesse tipo de “evolução”, mesmo quando não aceitamos a legitimidade de uma cultura de “elite”; o romancista americano James Fenimore Cooper mais conhecido entre nós por seu romance histórico bem pesquisado *O Último dos Moicanos* – já tinha detectado a crescente mediocrização da vida intelectual nos Estados Unidos desde o início do século 19, sociedade que não pode ser tida como exemplo de elitismo aristocrático, ao contrário: ele indicava o fenômeno como coetâneo ao processo de democratização social, em forte ascensão naquele país recentemente independente.

Sem ter apoio em pesquisas específicas os estudos setoriais empiricamente embasados – correndo o risco, nesse particular, de algum subjetivismo – é possível afirmar-se que o crescimento e a expansão do terceiro ciclo ocorreram paralelamente ao enorme crescimento quantitativo e à perda de qualidade dos dois primeiros ciclos de ensino. Existem muitas evidências *prima facie* de que esses dois processos paralelos e aparentemente contraditórios – embora concordantes no aspecto quantitativo – aconteceram ao longo das quatro últimas décadas e meia, ou seja, nos 21 anos do regime militar e nos 25 anos decorridos desde a redemocratização.

Ao longo desse processo de inegável democratização de oportunidades sociais – embora insuficiente e longe de ter sido completada, sobretudo devido ao estrangulamento do secundário – os dois movimentos se reforçaram mutuamente e consolidaram seus traços mais negativos, evidenciados justamente no elemento característico que constitui o elemento central desta análise: a perda de qualidade e a mediocrização geral do ensino no Brasil, em especial em sua vertente “superior”.

2. As causas

Como para todo fenômeno complexo, a perda de qualidade do ensino público em geral, no Brasil, possui múltiplas causas, diversas variáveis intervenientes e diferentes tipos de condicionantes, que foram se alterando ao longo do tempo.

Pode-se, no entanto, tentar isolar algumas causas aparentes que foram interagindo entre si desde os anos 1960 e que se reforçaram conjuntamente no final do período, ou seja, atualmente, e que prometem continuar agindo no futuro previsível.

Tudo tem início na geração precedente e no movimento pela reforma do ensino e de reforço da escola pública, começado na sequência da Revolução de 1930, continuado na implantação do Estado autoritário no Brasil, em 1937, e em sua consolidação

nos anos seguintes, movimento que se prolongou na República de 1946. Os líderes militares e civis que comandaram esses processos nos trinta anos seguintes à Revolução de 1930 foram bem sucedidos em criar um sistema de escolas públicas de qualidade, ainda que bastante seletivo em sua capacidade de recrutamento – basicamente a classe média urbana – e tendente a um mínimo denominador comum – horários reduzidos e reforço limitado de mecanismos extraescolares – mais do que à ampliação progressiva dos conteúdos e metodologias.

Essa escola “republicana” funcionava razoavelmente bem, ainda que de modo restrito, quando os militares tomaram o poder e decidiram fazer uma revolução nas carências educacionais mais sentidas no Brasil dessa época: criar uma universidade compatível com as necessidades industrializantes e, sobretudo, operar a implantação de programas de pós-graduação. Os militares provavelmente partiram do pressuposto de que a escola pública já estava montada e funcionando adequadamente, e que os esforços mais importantes deveriam ser dirigidos, portanto, para a graduação universitária, em especial para a pós-graduação.

Recursos foram maciçamente direcionados a esses dois sistemas, ao mesmo tempo em que os dois primeiros ciclos recebiam os influxos de milhões de novas crianças e adolescentes, sob o impacto do crescimento demográfico e da urbanização, bastante rápidos no Brasil dos anos 60 aos 80. As entidades de fomento cresceram, as bolsas se multiplicaram, os salários dos professores universitários eram relativamente elevados.

Paradoxalmente, um dos principais fatores da perda progressiva de qualidade do ensino público nos dois primeiros ciclos foi a concentração – e a centralização e a reconcentração – dos recursos públicos no terceiro ciclo, este ultraprivilegiado pelas autoridades em relação aos dois primeiros ciclos e, por isso mesmo, capaz de “produzir” universidades relativamente

dinâmicas ao longo das últimas três décadas (sem prejudicar aqui e agora quanto à sua capacidade de produzir boa ciência).

O Brasil representa verdadeira anomalia internacional, provavelmente universal, sob a forma de uma pirâmide invertida de gastos entre os ciclos. É absolutamente único na desproporção inusitada, e aberrante, com que são alocados os recursos no topo da educação (na verdade transformado em base superior da pirâmide), em detrimento dos “primos pobres” dos dois ciclos de base (e da educação técnico-profissional, também). Isso em flagrante contraste com o que acontece na maior parte dos países (notadamente naqueles de melhor performance educacional e de maior produtividade no sistema econômico de maneira geral).

Essa desigualdade distributiva não explica tudo, porém, sendo necessário completar o quadro mediante um fator causal de natureza mais qualitativa, representado pelas orientações políticas e pedagógicas adotadas nos cursos de formação de professores, especialmente nas faculdades de pedagogia (que formam formadores, eventualmente também formadores de formadores).

Não é segredo para ninguém que o ensino no Brasil, em geral, e os cursos de pedagogia, em particular, são tremendamente influenciados – se não dominados – pelas ideologias tidas por “progressistas” (as aspas indicam obviamente o subjetivismo da expressão), com ênfase naquelas aproximadas ao marxismo; bem como pelas correntes pedagógicas identificadas de perto ou de longe com modismos da área (entre eles o chamado “construtivismo”) e com um amálgama já difuso a partir da cepa original “freireana”, ou seja, a chamada “pedagogia do oprimido” produzida por Paulo Freire.

Dito assim, com essa simplicidade redutora, parece que se trata de um aspecto desimportante no mar de problemas – materiais, curriculares, humanos – da educação brasileira, embora ele seja, do ponto de vista da abordagem adotada

neste ensaio, um dos problemas mais sérios envolvidos nos processos gerais e específicos da deterioração da qualidade do ensino no Brasil (em vários níveis). As pedagogias freireanas estão no centro da tragédia educacional brasileira. Ponto, parágrafo.

Estou plenamente consciente de que as próprias corporações engajadas no ofício (e no comércio) educacional no Brasil – em qualquer ciclo – tendem a enfatizar os fatores pecuniários – insuficiência dos orçamentos públicos, no plano institucional, modéstia ou mesmo depressão salarial dos professores, no plano individual – como estando na origem de todas as mazelas da educação brasileira. Não descarto, obviamente, essa linha explicativa – embora eu prefira enfatizar o escândalo da pirâmide invertida da distribuição de gastos educacionais; mas os fatores políticos e ideológicos são para mim bem mais relevantes, e mesmo determinantes, na erosão qualitativa de todos os níveis da educação e de todo o ensino (público ou particular) no Brasil.

3. As consequências

A tese principal deste ensaio provocador – deliberadamente focado nas áreas de humanidades – é a de que, depois de ter se beneficiado – e beneficiado a sociedade – com a construção de um sistema universitário relativamente completo, e aparentemente eficiente, com a formação de recursos humanos de melhor qualidade que aqueles previamente existentes, a universidade brasileira deu início a um processo de introversão autossustentada, o que a levou a se isolar da sociedade e a desenvolver comportamentos entrópicos e autistas que, ao fim e ao cabo, redundaram no referido processo de mediocrização atual (aliás, em crescimento e expansão).

De fato, esse processo apresenta, pelo lado das humanidades, um aspecto de ignorância letrada que surpreende pela sua extensão e profundidade. Ele não é, exclusivamente, o resultado das ditas pedagogias freireanas – que explicam

mais diretamente a perda de qualidade dos ciclos iniciais de ensino; mas ele é a consequência de anos, mais exatamente décadas, de ideologias “educativas” marcadas pelo que existe de mais atrasado na teoria social contemporânea. Ademais da ausência de controles de qualidade, da falta de sistemas de metas fixadas e resultados cobrados – que explicam sua falta de produtividade – o que mais distingue a área de humanidades, no Brasil, é uma adesão acrítica a correntes e movimentos típicos do capitalismo atrasado que aqui vigora. (Parêntese rápido: obviamente meu comentário não vale para os que professam a fé religiosa nas alternativas socialistas ao capitalismo, mas estes já pararam de ler este meu ensaio desde o começo, se é que começaram; quanto a mim, estou certo de que o Brasil é um país capitalista, ainda que atrasado, mas “condenado” a se desenvolver no âmbito do capitalismo, ponto). As concepções dessas correntes de “pensamento” são as de um anticapitalismo instintivo, as de um forte sentimento antimercado, um estatismo exacerbado, enfim, uma crença ingênua nas virtudes da “engenharia social”, características, aliás, bastante disseminadas em diversas universidades da região; e, até, em muitas universidades de países perfeitamente capitalistas (como exemplo a França, por isso mesmo em declínio intelectual e com baixa produtividade geral nos terrenos aqui focados).

Aqui existe uma correlação circular e cumulativa de fatores causais: os ignorantes letrados e as corporações sindicais se multiplicam e se reforçam mutuamente, disseminando tentáculos por todos os poros universitários. Os que alcançam funções “pedagógicas” formam as pedagogas freireanas que, por sua vez, vão formar os professores do primário e do secundário – qualquer que seja a estrutura e os títulos desses cursos, que se tornam, no momento devido, seus pupilos e orientandos, uma audiência cativa (muitas vezes passiva) dos novos mandarins universitários.

Nos vários componentes dessa complexa equação, pedagogas freireanas, sinecuras acadêmicas, sindicalismo de baixa extração e ideologias anticapitalistas e antimercado se combinam e se reforçam para destruir a educação brasileira, pelo menos naquelas funções iluministas que ela deveria exibir, colocando em seu lugar esses elementos característicos da ignorância letrada.

No curto prazo, o resultado global é o aprofundamento da mediocridade que já vinha marcando as áreas de humanidades do sistema universitário – tanto público quanto privado – nos últimos anos (possivelmente nas duas últimas décadas), contribuindo, no médio e no longo prazo, para reforçar as tendências brasileiras à estagnação ou ao atraso relativo. Essas características não são percebidas, obviamente, pelos que integram o próprio sistema, sobretudo por aqueles que vivem exclusivamente a vida universitária brasileira, em tudo o que ela apresenta de autista e de entrópico. Os acadêmicos que já viajaram, que já conviveram com universidades estrangeiras – refiro-me, obviamente, às boas universidades americanas, e algumas boas europeias – e que já se utilizaram de serviços e mercados nesses países, devem ter perfeita consciência, se tiverem as mentes abertas, para o verdadeiro atraso em que vive o Brasil, mesmo com todos os seus sinais de aparente modernidade. O Brasil é um país que caminha lentamente, que praticamente se arrasta, penosamente, em direção à modernidade.

Esse lento caminhar no sentido dos avanços científicos e tecnológicos mais dinâmicos da contemporaneidade é evidente, mesmo comparando o Brasil a outros países emergentes que se integram aos mercados globais da atualidade, sobretudo na Ásia. Não se trata apenas ou exatamente de dificuldades em aceitar os requerimentos do progresso em suas diversas expressões materiais e culturais; afinal de contas, como já dizia Mário de Andrade mais de setenta anos atrás, “progredir, progredimos um tiquinho, que

o progresso também é uma fatalidade”. Trata-se, sobretudo, de bloqueios burocráticos e materiais a um progresso mais rápido: qual é o país emergente que possui uma carga fiscal típica de país rico: 38% do PIB? (Atenção: essa é a taxa média nos países da OCDE, sendo que alguns estão abaixo de 30% e que sua renda per capita ultrapassa 40 mil dólares, mais de seis vezes a brasileira.) Qual é o país no qual a atividade empreendedora é tão cercada de entraves e dificuldades? (No que o Brasil empata, talvez, com a Índia, outro país capitalista atrasado. Atualmente, mesmo aquele outro grande país burocrático, que é a China, é mais capitalista que o Brasil.)

4. As evidências

Independentemente dos lentos progressos materiais que o Brasil consiga realizar nos terrenos vinculados a mercados capitalistas – no que ele vem sendo superado por países de crescimento e de modernização mais rápidos – o fato é que o panorama acadêmico vem experimentando nítido declínio de qualidade no âmbito das humanidades, o que é revelado, por exemplo, pela forma e substância dos artigos publicados ou apresentados para publicação nos veículos da área (muitos deles existindo apenas e tão somente para cumprir requisitos de pontuação estabelecidos de forma puramente quantitativista pelos organismos de fomento acadêmico).

O problema vai muito além do que já tinha constatado, desde 1985, Edmundo Campos Coelho, em seu aclamado (e pouco lido) *A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão* (São Paulo: Vértice, 1985), já que atingindo bem mais do que bancas de seleção de professores, cargos comissionados, apoios financeiros e prebendas institucionais de modo geral. Ele transformou-se num problema *sine cura*, alcançando o próprio núcleo do sistema de produção acadêmica, ou seja, sua própria substância, que é a capacidade de produzir obras originais, em linguagem acessível a um público mais vasto, mas dentro de rigorosos padrões acadêmicos de qualidade.

Com efeito, um dos aspectos mais preocupantes dessa involução no período recente, aliás, estimulada em grande medida pelas próprias autoridades da área, é a tendência ao enclausuramento acadêmico, à diminuição dos esforços de cooperação com o Norte e, no sentido contrário, o reforço de intercâmbios variados com países do Sul, numa discriminação política que não faz sentido no plano científico; dificilmente se poderá sustentar que entidades de pesquisa da América Latina ou de continentes assemelhados possuam maior e melhor substância científica do que seus equivalentes do Norte. Não existe maior demonstração da vontade de autocondenar-se a viseiras mentais do que a frase sumamente imbecil, bastante repetida em certos meios, que proclama que o “Sul é o nosso Norte”. Toda e qualquer ciência, toda e qualquer abordagem acadêmica que se autodireciona para um lado, ignorando todos os outros, é por definição estúpida e autolimitativa em termos estritamente científicos.

Acadêmicos defensores dessa postura se orgulham de exibir uma proclamada “latinoamericanidad” que não faz o menor sentido no plano das metodologias e das pesquisas de ponta, como se o fato de pertencer ao mesmo arco cultural ou a uma mesma zona geográfica representasse qualquer garantia de qualidade acadêmica. O “indigenismo” ingênuo e canhestro presente em algumas dessas novas experiências de cooperação introduz um elemento totalmente estranho nas tradições de pesquisa brasileira, já que referidos a um universo civilizatório que não tem nada a ver com os componentes



antropológicos ou culturais da formação histórica e social do Brasil.

A busca sôfrega por identidades nessas áreas, certamente forçada, mas intensamente praticada nos últimos anos, representa um atraso e uma dispersão de esforços que vão, inevitavelmente, cobrar um preço na produção acadêmica brasileira. As interpretações classistas e “campesinas” da história social e do desenvolvimento econômico na região, a adesão pouco refletida a supostas causas de “oprimidos” e de “injustiçados” reforçam os componentes do atraso acadêmico; interpretações, aliás, que vêm acompanhadas de um inacreditável apoio a uma das experiências políticas mais nefastas já assistidas em todo o mundo, que é a construção progressiva de um fascismo tido supostamente por ser de esquerda, apenas porque o caudilho promotor emite invectivas “anti-imperialistas”. Uma falsa noção de segurança e de soberania alimentar condena a atividade primário-exportadora como sendo negativa do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social, quando ela é o sustentáculo da modernidade no campo, independentemente de considerações *ad hoc* sobre as dimensões regionais das propriedades ou seus vínculos com o mercado externo.

São muitos os exemplos de posturas anacrônicas no plano das humanidades, assim como são muitos os componentes da mediocridade universitária, entre eles um “gramscianismo” instintivo e até ignaro (já que não corresponde a uma verdadeira leitura aberta da obra original). Esses exemplos podem até corresponder a uma

atitude militante compatível com preferências manifestas na vida civil; mas jamais aos requisitos do trabalho acadêmico tal como reconhecido pelos padrões normais da pesquisa científica. Todos eles vão reforçar as deficiências metodológicas, a ignorância letrada e o atraso substantivo nas pesquisas relevantes para o progresso e o desenvolvimento do Brasil. Em algum momento, o ambiente acadêmico vai emergir das camisas de força ideológicas e buscar a atmosfera mais arejada da pesquisa de boa qualidade. Mas esse processo promete ser longo e custoso, tendo em vista os equívocos e desvios já incorridos no cenário universitário brasileiro.

Quero crer, também com base em evidências subjetivas, que o atraso é apenas relativo, e não absoluto, pois em algumas áreas ou situações específicas a racionalidade tem condições de se impor contra as ideologias ingênuas. No cômputo geral, contudo, a situação atual nas humanidades da academia brasileira aparece como quase desesperadora, necessitando, praticamente, o estabelecimento de um quilombo de resistência intelectual contra os assaltos à racionalidade mais elementar por parte de tribos crescentes de ignorantes letrados. Gostaria de estar errado, e de ser apenas um pessimista elitista (não, não tenho nenhuma vergonha em buscar a elite do saber). Gostaria de registrar uma rápida correção da academia brasileira em direção de padrões de comportamento institucional mais consentâneos com sua vocação humanista e, sobretudo, constatar uma produção intelectual à altura dos requisitos de modernidade e progresso que estamos no direito de esperar de um país inserido na globalização do conhecimento. Não é o que tenho observado até aqui.

Esperemos que seja um fenômeno passageiro, embora meu pessimismo realista tenha sólidas razões para existir: afinal de contas, o otimismo da vontade, ou da prática, não consegue prevalecer num ambiente de mentes fechadas, o que só alimenta o pessimismo da razão, ou do intelecto. O problema parece estar em que

os acadêmicos gramscianos só pretendem ler Gramsci, jamais as críticas que lhe são feitas, mesmo as de um intelectual socialista (embora liberal) como Norberto Bobbio, por exemplo. As viseiras mentais daqueles mesmos que posam de sumidades acadêmicas de relevo, e que são lidos e repetidos nas universidades brasileiras, chegam a ser assustadoras, inclusive e sobretudo porque parecem ter assegurado o seu próprio sucesso continuado, a julgar pela bibliografia distribuída e pelos trabalhos produzidos nessas esferas.

Não é preciso, aqui, citar nomes e ensaios publicados, pois é muito fácil deduzir quem, ou quais, são as “vacas sagradas” do processo de mediocridade da universidade brasileira. Talvez dois pequenos trechos retirados de texto de um dos gurus da nova ignorância sejam representativos do que estou analisando: “Entra governo, sai governo, as leis do mercado parecem dominar irreversivelmente o mundo, o estilo de vida norte-americano devasta espaços nunca antes alcançados – seja na China ou na periferia das grandes metrópoles do sul do mundo (...)”; “A crise da URSS não deu lugar a um socialismo superador dos problemas desse modelo e, ao contrário, disseminou o neoliberalismo nas terras de Lênin”.

“O capitalismo abandonou seu modelo keynesiano por um modelo de extensão inaudita da mercantilização de todos os rincões do mundo.” Um acadêmico capaz de escrever tamanha bobagem é capaz de qualquer impostura intelectual, que ele aliás não cessa de praticar.

Os quilombos de resistência intelectual a esses processos de indigência acadêmica e de desonestidade no plano das ideias – o que ocorre sempre quando os argumentos exibidos estão longe de corresponder à realidade mais evidente – são ainda muito tênues e pouco numerosos. A esperança é que eles se multipliquem nos anos à frente e possam superar os imensos pântanos de mediocridade que se espalham de modo preocupante pela universidade brasileira. Estou sendo muito pessimista? ■



Anunciação
Dierick Bouts
Flandres, 1465-1470
Têmpera e óleo sobre madeira transpostos para tela



PARA QUE AINDA SER

Os ouvidos nos reboam com a afirmação de que aos poucos se torna coisa que se entende por si mesma, que hoje a fé e a Igreja não servem mais para nada. Designar uma coisa como tradicional já se tornou frequentemente o mesmo que designá-la como superada e irrelevante.

Mas a Igreja vive da tradição daquilo que recebeu desde o início, parecendo com isso não ter mais chance alguma em todo o caso na sua forma de até agora. Semelhantes palavras e pensamentos não exerceriam tal poder se não se fundassem numa experiência a que dificilmente alguém se pode subtrair: de um lado a vivência de que tudo muda no mundo; ele parece transformar-se sempre mais rapidamente e de modo tão radical que não perdura nenhuma das medidas que nos são familiares, podendo apenas caminhos inteiramente novos auxiliar a uma humanidade completamente mudada; de outro lado aparece também a experiência da ineficiência do cristianismo que não pode arrancar o homem à sua miséria, vindo assim a ser para muitos apenas um mero consolo, uma redenção aparente que passa ao largo da realidade.

De fato quem não participa da experiência cristã dificilmente pode julgar de outra maneira; disso porém se segue que começamos a sentir vergonha da mensagem cristã, querendo apresentar realizações mais palpáveis: com resultados sociais e econômicos, que ninguém possa contestar, que claramente libertam homens, salvando-os da sua miséria. Entretanto as necessidades crescem mais depressa do que a ajuda que lhes pode ser oposta, e com a fuga para o palpável, que constrangida quer fazer esquecer a tradição, explicando o cristianismo como parte do trabalho moderno de humanização, ao mesmo tempo aumenta a cisão da Igreja, que assim apenas se torna sempre mais falta de alegria, sempre mais sem esperança, sempre mais problemática para todos.

Pouco parece ter ficado da boa nova, havendo em vez dela lutas e perplexidade. Já faz tempo, o cardeal Dopfner comparou a Igreja a um canteiro de construção para explicar o mal estar que se alastra nela; um pensador crítico acrescentou que parecia ser um canteiro de uma obra cujo projeto se perdeu, continuando cada um a trabalhar como pedreiro e marceneiro segundo o seu bel prazer: O resultado é o que era de se esperar.

Para que ainda ser cristão? Hoje toma-



ram o lugar da redenção cristã pela fé dois caminhos novos pelos quais os homens se procuram salvar: o político-econômico-social e o psicológico.

De um lado a sociedade do bem estar procura sempre mais aqueles confessores profanos, cujo conhecimento científico da alma humana deveria recompor a sua existência demolida e esvaziada: deve ser descoberto de novo o que é amor, o que é palavra, tudo que é primordial no homem. Mas esses médicos ajudam de fato? Podem dizer sem dúvida como funcionam as diversas forças da alma humana, mas não para quê. Entretanto o desmantelamento da alma humana se funda precisamente em que as suas forças se movem no vazio.

É propriamente em atenção a estes esforços que se pode ver muito claramente que a alma humana está estruturada de tal modo que não se explica por si mesma. Não pode ser composta como um relógio, um todo fechado que funciona, quando se sabe o lugar em que deve estar cada peça particular.

Pelo contrário, ela vive numa circulação aberta, ou melhor, numa parábola aberta, não podendo ser curada sem o ponto de referência que está fora dela.

Vem-nos à mente uma imagem de Santo Agostinho: ele tinha dito que a existência humana está construída de tal modo que Deus é o ponto ao qual está presa; se este entrosamento superior está em ordem, também as partes restantes ficam unidas numa estrutura racional; mas se ele se rompe também todo o resto se desconjunta, ficando apenas fragmentos.

Mas não antecipemos. Ao lado da salvação psicológica está a socioeconômica, o caminho da política total. Tudo é político, ouvimos hoje; por isso, somente a politização consciente da Igreja, da fé, da liturgia, pode abrir o caminho para o futuro, “salvando” o homem.

Quem vê a miséria imensa do homem na Índia e na Indochina, nas favelas das grandes cidades da América do Norte e do Sul, quem vê como o processo da industrialização programa sempre mais o homem ameaçando privá-lo da sua

alma, certamente não dará menos valor à política para a salvação do homem. Ele compreenderá por que a Igreja desde o princípio – neste ponto de acordo com a sinagoga – por meio da sua oração pelos dirigentes do mundo, reconheceu o âmbito político como uma área parcial da salvação humana. Neste sentido há uma obrigação política do cristão, sem cujo cumprimento ele esvazia o caráter da realidade da fé. A honestidade e a seriedade da fé se provam precisamente também pela sua capacidade para a ação positiva e para a resistência política onde é de obrigação.

O trabalho político pertence à salvação do homem. Mas a política total seria a sua perdição. O homem precisa de pão para o seu bem estar, mas só o pão não o salva; a divisão justa do poder tem a ver com a sua salvação, mas somente a redistribuição dele não pode ser a salvação do homem.

Há uma explicação político-econômica do Antigo Testamento segundo a qual a salvação consiste na obtenção do bem estar e da segurança. A história da tentação de Jesus caracteriza esse conceito da salvação como a noção da salvação de Satanás. Atrás do relato de que Satanás propôs a Jesus que transformasse pedras em pão e lhe ofereceu o domínio sobre todos os reinos do mundo estão correntes muito reais do seu tempo: o Messias se deveria comprovar dando a todos pão em abundância e erigindo um reino mundial de paz sob o signo do seu poder político. Jesus, que não terminou com a fome do mundo, nem mudou a situação de poder, por isso mesmo não poderia ser o Messias... Só quem remisse o homem de modo político-social o teria remido. Tudo o mais não significava nada. Contra isso o Evangelho declara: tal salvação entregaria o homem a Satanás, isto é, o escravizaria completamente.

Parece uma sentença muito dura. Mas talvez precisamente a experiência da nossa geração nos pode fazer compreender de modo novo essa afirmação, um paralelo notável dessa afirmação bíblica. No grande romance de Soljenitzin, “O Primeiro Círculo do Inferno”, há um paralelo notável dessa afirmação bíblica. Um paralelo primeiro

no sentido de que todo o conteúdo desse livro se passa no inferno e este inferno está precisamente lá, onde a política total erigiu o seu paraíso: este paraíso é o inferno no qual o homem destrói o homem – inferno exposto de modo assustador na cena final, na qual para esconder os presos da publicidade eles são amontoados em vagões de víveres que têm a inscrição: carne. O correspondente do jornal francês “Libération” sempre de novo torna a ver tais vagões e aponta no seu caderno: “o aprovisionamento da capital só pode ser designado como excelente”.

Há uma cena no livro na qual precisamente essa conexão me parece intensificada até a extrema clareza. O autor põe na boca do velho marxista idealístico Rubin uma interpretação impressionante do Fausto, de Goethe. Como é sabido, a tragédia de Goethe não termina tragicamente e sim num otimismo o qual, é verdade, se funda numa contradição estranha. Fausto estaria perdido, se dissesse a um momento da sua vida: fica, és tão belo! Em todas as seduições com que Satanás o procura enfeitiçar não pronuncia essas palavras. No fim da sua vida organiza multidões de trabalhadores que arrancam terras novas ao mar e, então, ao retinir das pás que ativamente parecem criar uma nova terra, ele diz as palavras:

“É esta a última conclusão da sabedoria:

Só aquele merece a liberdade e a vida
Que cada dia as deve conquistar.

E assim cercados de perigos passam
Aqui seu tempo de vigor a infância, o homem e o ancião.

Tal movimentação eu desejaria ver,
Estar em chão livre com um povo livre.
Ao momento eu poderia dizer:
Fica, és tão belo!”

Fausto volta ao seu começo: ele tinha traduzido o prólogo de São João “no princípio era a ação”, substituindo o termo palavra por ação, vendo a salvação do mundo não no sentido que o sustenta desde o começo e que é palavra para cada um em particular, mas na ação na qual o homem mesmo cria o seu sentido. Ele morre na esperança da salvação

que a sua ação lhe conseguiria: a ação político-social que cria um povo livre em chão livre – ela é o que permanece, a salvação. Sobre isso diz Rubin em Soljenitzin: “mas se considerarmos isto um pouco mais exatamente, devemos-nos perguntar se aqui Goethe não zombou do sentimento de felicidade dos homens?”

“Com efeito, em última análise esse sentimento não traz proveito... Fausto pronuncia a frase salvadora pela qual ansiou por tanto tempo a um passo da sepultura, ludibriado e talvez também já com o espírito obnubilado; os lêmures já o impelem para a cova...” De fato, quando se reflete melhor, tudo parece uma pura ironia. As pás, cujo retinir leva Fausto à sua exclamação, pertencem aos servos do demônio, que com elas não preparam um mundo novo, mas a sua sepultura, e só o cego, o que se tornou cego, pode ouvir nele a música da salvação, não suspeitando, como zomba de si mesmo. Pelo contexto do livro me parece estar bem claro que com isso Soljenitzin dá a sua interpretação do stalinismo (e do marxismo como tal): fica, és tão belo, diz ele agora a um mundo do trabalho, a um mundo construído por ele mesmo e a ser construído por ele mesmo que na realidade é um mundo de lêmures no qual se abre a sepultura do homem – o demônio zombando do homem que cego, tornado cego, envelhecido, não repara mais que louva o inferno como a sua salvação.

Procuremos dizer sem imagem o que pretendemos: o homem precisa da política, precisa do planejamento e da ação social e econômica. Mas quando a ação se torna total, quando a política pretende ser a salvação do homem, ela está tentando fazer o papel da teologia resposta da fé, tornando-se então a escravização total do homem. O homem perece se lhe falta um sentido que penetra mais fundo do que a ordem da economia. Na história da emancipação do homem por si mesmo, talvez nos últimos 150 anos realmente tenha havido instantes nos quais se impunha a impressão de que o homem podia dispensar a questão de Deus sem sofrer prejuízo; que podia deixá-la de lado

como dispensável. Talvez até pudesse parecer que a questão de Deus o impedia realmente de se libertar de tradições ultrapassadas, empenhando-se a fundo pelos seus próprios interesses. Mas quem olha para a constelação atual da história pelo menos se deverá tornar muito pensativo. A situação de hoje está determinada pela oposição entre o positivismo (como a nova forma do liberalismo) e o marxismo como profecia política da salvação: entre ambos se trava a luta pelo homem, por exemplo, filosoficamente como a luta entre o neopositivismo de Popper e aquele da escola de Frankfurt. Se o positivismo pode provar a todas as filosofias marxísticas que elas são teologias secretas, o marxismo pode provar ao positivismo que a sua objetividade não tem escala nem finalidade. O limiar propriamente dito, porém, no qual o homem pergunta por si mesmo, pelo seu porquê e pelo seu caminho não é ultrapassado nem aqui nem lá.

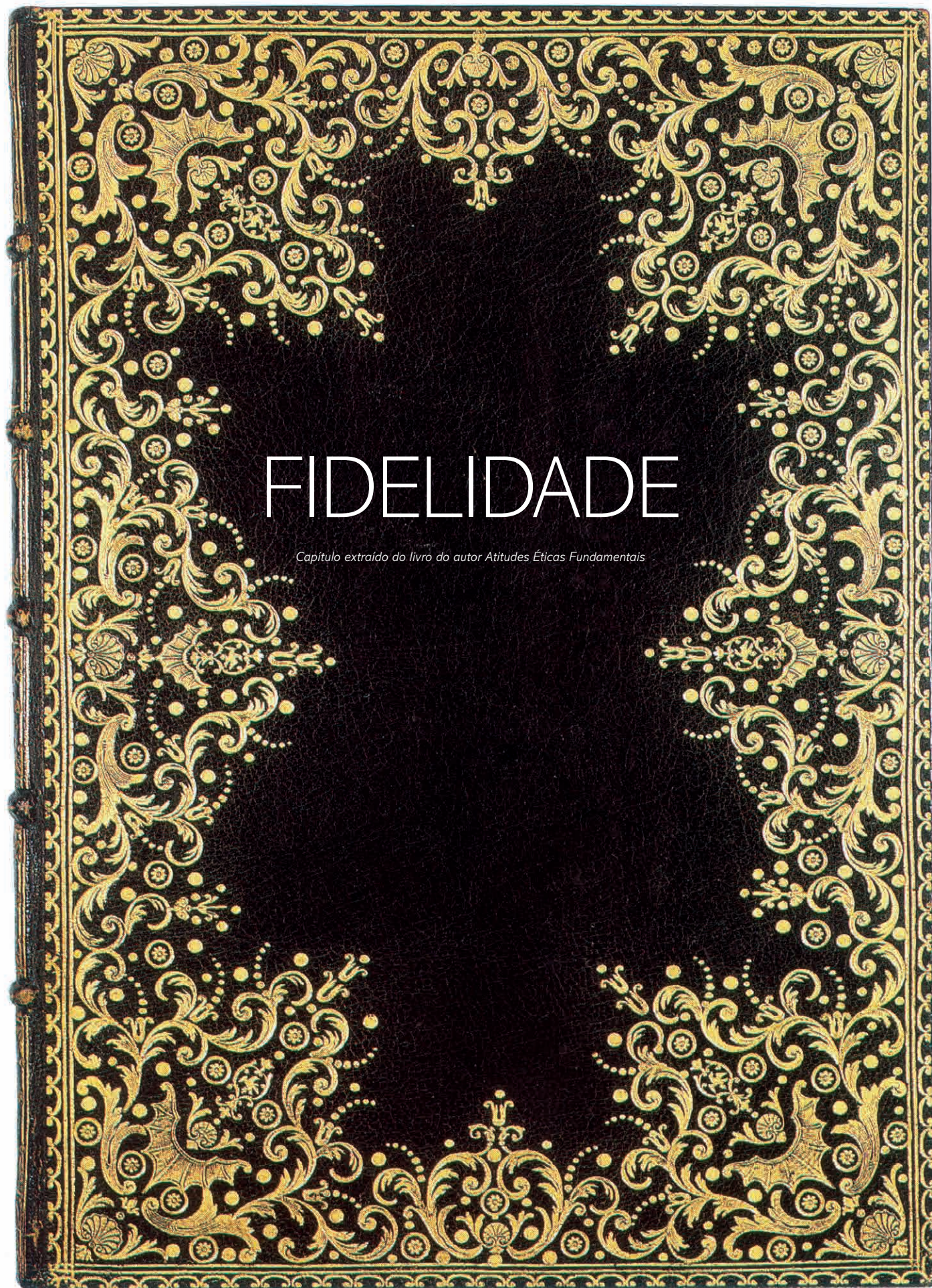
Em última análise ambas as correntes não têm nada a dizer além do poder e do consumo. Mas com isso precisamente o que é central no homem permanece vazio. O que é deprimente em certas formas do cristianismo moderno consiste em que também elas se parecem ter tomado cegas para tudo que não é poder ou consumo; que também elas só podem entender a Igreja sob o aspecto do poder e do gozo. Com isso certamente não se pode salvar o cristianismo. A sua grandeza está em que dá o homem a si mesmo. Inicialmente lhe indica um caminho, uma direção como deve agir e viver. Talvez há 10 anos tudo isso nos teria parecido apenas moralismo que antes teríamos dispensado.

Hoje sabemos que o homem que não tem essência (no sentido de Sartre), que sempre primeiro se deve inventar a si mesmo, precisamente porque se quer constituir, perece física e psicicamente, e somos capazes de apreciar de modo novo a dádiva do caminho e das normas. Mas é verdade: um caminho só é um sentido e só pode ser percorrido, se dá esperança de uma meta. Quando leva para diante. Entretanto ultimamente só o amor é esperança para o homem. E é em

Jesus Cristo que o amor se tornou visível e certo como o fundamento do mundo para aqueles que têm fé. É para ele que vai o caminho cristão. E até ele mesmo é esse caminho. Assim se poderia talvez, de modo um pouco teórico demais, exprimir do seguinte modo a fórmula básica cristã: o amor aceito com fé e que se tornou visível em Cristo é como caminho a esperança do homem.

Permitam-me concluir com uma observação mais prática. Nas suas anotações na prisão, Bonhoeffer observou numa ocasião que hoje também o cristão deve viver, *quasi Deus non daretur* – como se Deus não existisse. Que devia deixar a Deus fora dos enredos de cada dia, estruturando a sua vida terrena inteiramente por sua própria responsabilidade. Eu, em oposição a isso, preferiria formular precisamente em sentido inverso: hoje também aquele para o qual a existência de Deus, o mundo da fé se tornou escuro, praticamente deveria viver, *quasi Deus esset* – viver como se Deus realmente existisse. Viver sob a realidade da verdade que não é nosso produto, mas nossa soberana. Viver sob a direção da justiça que não só pensamos, mas que é poder e nos determina a nós mesmos. Viver sob a responsabilidade do amor que espera por nós e nos ama. Viver sob a exigência da eternidade, pois quem vive com olhos abertos o desenvolvimento compreenderá que este é o único modo como o homem pode ser salvo. Deus – somente Ele – é a salvação do homem; esta verdade inaudita que tanto tempo nos parecia uma teoria que quase não podia ser atingida se tornou a fórmula mais prática da nossa hora da história. E quem, embora de início de modo talvez indeciso, se confiar a este como se trabalhoso e contudo inevitável – viver como se Deus existisse – notará sempre mais que este como se é a verdadeira realidade.

Percebendo que ela nos torna responsáveis nos daremos conta da sua força salvadora. E saberemos do modo profundo e indelével por que também hoje o cristianismo ainda é necessário como a verdadeira boa mensagem que salva os homens ■



FIDELIDADE

Capítulo extraído do livro do autor Atitudes Éticas Fundamentais

Entre as atitudes humanas fundamentais para a vida moral, figura também a fidelidade. Pode-se falar de fidelidade em sentido amplo e em sentido estrito. Temos em vista o sentido estrito quando falamos de fidelidade a seres humanos; assim, por exemplo, no caso da fidelidade entre amigos, da fidelidade conjugal, bem como da fidelidade à própria nação ou da fidelidade a si mesmo.

Mas esta fidelidade já pressupõe a fidelidade em sentido amplo. Refiro-me àquela constância que primordialmente confere à vida do homem a sua coesão interna, a sua íntima unidade. Só firmando-nos nas verdades e valores que um dia se nos desvelaram é que se nos torna possível construir a personalidade.

O decurso de uma vida humana encerra um contínuo revezamento de diversas impressões, tomadas de posição, ações. Não conseguimos pensar muito tempo seguido numa única ideia ou permanecer com a atenção fixa num só ponto. Assim como na vida biológica se sucedem a fome e a saciedade, a fadiga e o vigor, assim também a vida do espírito tem certa mobilidade peculiar.

Dada a sucessão de impressões que nos marcam, dada a torrente de acontecimentos que nos trazem ao espírito uma heterogeneidade de objetos, a nossa atenção não se pode fixar sempre do mesmo modo; e o nosso pensamento caracteriza-se por um ir e vir de conteúdo para conteúdo, outro tanto se podendo dizer dos nossos sentimentos e desejos. Mesmo num acontecimento feliz, como o reencontro longamente ansiado do ser amado, não nos podemos demorar muito; do pleno presente da alegria profunda, a torrente da nossa experiência retorna pressurosamente a outros rumos que nos prendem a atenção e as vivências.

Mas o homem tem diversos níveis de profundidade. A sua vida interior não se

limita ao nível em que se dá essa contínua mudança, ao nível da atenção expressa da consciência “atual”. Quando continuamos a correr para outra impressão ou conteúdo, o passado, em vez de se perder sem mais, finca-se na camada mais profunda e aí sobrevive. De certo que é já exemplo disto a memória, a capacidade de recordar, que liga passado e presente; mas, para além disso, também o é a sobrevivência de fundo das nossas atitudes em face do mundo, da posição tomada perante as verdades e os valores fundamentais, enquanto a nossa atenção atual se fixa em questões inteiramente diferentes.

É mais ou menos desse modo que a alegria de um acontecimento profundamente feliz sobrevive no fundo da nossa alma, dando um colorido especial a tudo o que fazemos em determinado instante. Enquanto trabalhamos, continua a resistir, vivo, no fundo de nós mesmos, o amor ao ser amado, como uma reserva oculta por cima da qual se passa tudo o mais.

Sem esta capacidade, o homem careceria de qualquer unidade interior, seria apenas um feixe de impressões e vivências sucessivas. Se uma impressão sempre e sem mais se substituísse a outra, se o passado se perdesse indiferentemente, a vida interior do homem ficaria privada de sentido e de conteúdo; não haveria nenhuma estrutura, nenhum desenvolvimento, não haveria, sobretudo, “personalidade” alguma.

Ora, ainda que esta capacidade de retenção, sem a qual se tornaria impossível a vida própria da pessoa espiritual, se dê em todos os homens, é de certo variável o grau em que se forma nos indivíduos concretos a coesão interna e persistente da sua vida. Os homens distinguem-se uns dos outros pela sua diferente profundidade: uns vivem na camada mais superficial da sua consciência atual, e neles as vivências se sucedem fragmentariamente umas às

outras, de modo que bem poderíamos denominá-los efêmeros; desses homens dizemos que se esgotam inteiramente no momento que passa.

Outros vivem das camadas mais profundas da pessoa, e nada de significativo neles desaparece só por não ser já presente, antes se torna um cabedal humano sobre o qual se constrói algo de novo, cheio de sentido. Só estes últimos merecem o nome de personalidades. Só neles se pode formar uma riqueza interior.

Quanto não há que chegaram a conhecer grandes obras de arte, viram países magníficos, entraram em contato com homens notáveis – mas nada lhes deixa efeito duradouro! Talvez, por instantes, tenham ficado fortemente impressionados, mas nada lançou neles raízes profundas, nada “retiveram”, pois desapareceu, mal se deixaram levar por novas impressões.

Esses homens são como uma peneira por onde tudo passa. Podem ser bons, afetuosos, honestos, mas atolaram-se num estado puerilmente inconsciente; não têm nenhuma profundidade, escapam-nos, são incapazes de relacionar-se realmente com outros homens, porque lhes faltam de todo em todo laços profundos com o que quer que seja.

São homens irresponsáveis, já que desconhecem condições duradouras e nada conservam de um dia para o outro. Ainda que as suas impressões sejam vivas, decerto não chegam a penetrar naquelas camadas profundas em que, por sobre as mudanças de um instante, se encontram as orientações e atitudes elevadas.

Prometem honestamente alguma coisa num instante, mas logo a seguir tudo se esvai; concebem propósitos sob uma impressão forte, mas qualquer impressão mais forte que se siga lhes apaga. São tão impressionáveis que, na sua vida, só a camada exterior da consciência atual

tem a palavra. Para esses homens, o que determina a dedicação e o interesse não é o valor e o peso de um assunto, mas apenas o viço e a intensidade do “presente”. O que os domina é esta preferência geral pela intensidade, em que a impressão presente ou a presente situação levam a melhor sobre o passado.

Há duas espécies no gênero destes homens volúveis. Primeiro, a daqueles em quem, geralmente, nada avança até à camada pessoal mais profunda, que permanece neles como que vazia. São sempre homens superficiais, carentes de vida profunda e de qualquer firmeza interior; parecem areia movediça, que logo cedem sem mais: se procurarmos neles um âmago duradouro, sobre o qual se possa construir, logo se toca no vazio.

Evidentemente, nunca é este o caso de um homem sã; quem, em sentido literal, fosse puramente “instantâneo”, seria um psicopata. Entretanto, mesmo sem os podermos qualificar de doentes psíquicos, são frequentes os homens cuja vida costuma transcorrer assim.

Da outra espécie fazem parte os que, embora tenham impressões profundas e um âmago duradouro e firme na sua pessoa, perturbam-se tanto com a impressão momentânea que o que têm de permanente não consegue sobrepor-se à impressão do instante que passa. Só quando esta se dissipa é que volta ao de cima o que têm no íntimo.

Tais homens, por exemplo, podem ter por alguém um amor profundo e duradouro; mas basta uma situação forte, viva, expressiva, para num momento se perturbarem de tal maneira que “esquecem” o ser amado, e fazem coisas ou dizem palavras que nem de longe combinam com aquele amor que sobrevive lá no íntimo.

São homens que sempre estão em perigo de se tornar traidores. Neles, o presente avanta-se continuamente ao ausente, pelo interesse momentâneo, pelo papel que desempenha nos seus pensamentos, sensações e desejos, embora, fundamentalmente estimem mais o

ausente, que a longo prazo manifesta uma importância inteiramente diferente.

Em contraste com estes dois tipos, o homem constante conserva tudo o que se lhe deparou como verdade e valor genuínos. A vivacidade do presente não tem poder algum sobre a sua vida, em confronto com o peso interno das verdades, uma vez reconhecidas, ou do valor ético, uma vez captado. A repercussão das coisas na sua consciência depende exclusivamente da altura do valor que possuem, e não da sua “atualidade”. Tais homens estão, por isso, imunizados contra a tirania de tudo o que é simples moda; já nada os impressiona só por ser moderno, por andar momentaneamente no ar, mas apenas por ser valioso, belo, bom, verdadeiro.

Para homens assim, o mais valioso, o mais importante, é também e continuamente o “mais atual”. Para eles, o valioso nunca passa de moda, mesmo que há muito tenha sido posto de lado no seu ambiente.

A vida destes homens constitui uma trama coerente e cheia de sentido, que espelha continuamente no seu decurso a hierarquia objetiva dos valores, ao passo que a dos inconstantes vem a ser prezadas situações e impressões que se lhes deparam fortuitamente.

São eles os únicos a captar a sublimidade do que vale plenamente em todas as épocas e que, cheio de valor e de verdade, nunca envelhece, nunca desmerece. Compreendem que uma verdade significativa não perde o interesse nem nos deve ocupar menos, só porque nos é conhecida de longa data.

Reconhecem, sobretudo, que o que é valioso, não se limita a exigir-nos a atenção e o interesse no momento presente. Só o homem constante compreende realmente a exigência do mundo dos valores éticos, só ele é capaz de responder aos valores com a resposta que objetivamente lhes é devida; isto é, com uma resposta duradoura, independente do encanto da novidade, da vivacidade do presente. Só aquele para quem jamais passa qualquer valor que

uma vez tenha brilhado, aquele que não esquece nenhuma verdade se uma vez a penetrou – só esse faz realmente justiça à peculiaridade do mundo da verdade e dos valores, tornando-se capaz de se lhe manter fiel.

Esta constância, ou fidelidade no verdadeiro sentido da palavra, é uma consequência necessária de toda a verdadeira compreensão dos valores e, portanto, de toda a vida moral no seu conjunto. Só uma resposta que se prende duradouramente ao valioso é uma resposta moralmente madura e plenamente consciente.

Sob o ponto de vista moral, só um homem destes é realmente adulto, digno de confiança; só ele se sente responsável por tudo o que tenha feito noutras situações; só ele se arrepende realmente da injustiça anteriormente cometida; só ele se sairá bem nas provas.

Com efeito, para esse homem, a luz dos valores morais continua a brilhar no meio do embotamento do dia-a-dia, mesmo através da noite das tentações, porque é das profundezas que ele vive e é do fundo de si mesmo que ele se impõe ao momento passageiro. Quanto mais constante e fiel for o homem, tanto mais rico e valioso será, tanto mais capaz de se tornar um autêntico vaso de valores éticos, um ser que viva e duradouramente abrigue e irradie pureza, justiça, humildade, amor e bondade.

Basta observarmos as diversas esferas da vida, para logo encontrarmos por toda a parte o significado fundamental da fidelidade neste sentido amplo. Com efeito, essa atitude é o pressuposto de qualquer crescimento da pessoa em geral e, sobretudo, de todo o desenvolvimento e progresso moral. Como há de crescer moralmente quem não retém todos os valores que se lhe revelaram, quem não faz deles para sempre um cabedal próprio? Como há de realizar-se uma construção progressiva num homem dominado exclusivamente por impressões momentâneas e de pouca duração?

Sem estabilidade, de que serve a melhor educação? De que servem as

mais penetrantes advertências, a viva descoberta de valores, se nenhuma raiz se prende no fundo ou no fundo fica apenas e sempre a dormir? Por mais estranho que pareça, os homens volúveis não mudam nunca. Conservam as imperfeições e as preferências que possuem de seu natural, mas não conquistam novos valores éticos. Ainda que num determinado momento compreendam tudo e concebamos melhores propósitos, ainda que não lhes falte boa vontade, a inconstância impede-lhes qualquer progresso moral duradouro. Não porque se fechem, à maneira daquele que se contorce na sua soberba, tornando-se como que impermeável, mas porque se abandonam demais a qualquer impressão, não conseguindo “segurar”; no turbilhão da sua vida nem mesmo aquilo que tomam a sério.

A atitude fundamental da fidelidade é, pois, pressuposto, de toda a auto-educação. Só o homem fiel consegue digerir interiormente as impressões contraditórias, extraindo o bem de cada uma delas, aprendendo e crescendo com as mais variadas situações da vida, porque permanece nele estável e viva a craveirados valores autênticos. Em contrapartida, o homem volúvel cede, ora a uma, ora a outra impressão, e, sem mais, “cai”; tudo nele passa mais ou menos sem deixar rasto.

Só o homem fiel, por outro lado, prefere o mais relevante ao menos relevante, o valioso ao que o é menos; o volúvel, esse, no melhor dos casos, mede pela mesma rasoura todas as realidades valiosas, mesmo que assim pereça algum valor mais alto. Ora, para o crescimento moral e, de modo geral, para a vida moral da pessoa, nada é mais importante do que a consideração da hierarquia objetiva dos valores, a capacidade de preferir constantemente os valores mais altos.

A atitude fundamental da fidelidade é também pressuposto de toda a confiança, de toda a credibilidade. Como há de alguém manter uma promessa ou merecer crédito na luta das ideias, se vive apenas no momento que passa, sem formar uma

unidade de sentido com passado, presente e futuro? Quem poderá contar com ele? Só o homem fiel torna possível aquela confiança que constitui o fundamento de qualquer comunidade; só ele possui aquele elevado valor moral que reside na firmeza, na lealdade, na confiabilidade.

A fidelidade é, além disso, pressuposto da própria capacidade de confiar, da fé heróica. O volúvel, além de que não merece qualquer confiança, jamais consegue crer com fé firme, inabalável: nem nos outros homens, nem em verdades, nem em Deus. É que lhe falta o vigor necessário para viver do valor que uma vez contemplou, se o rodeia à noite e a escuridão ou se outras impressões fortes arremetem contra ele. Não é por acaso que, nas línguas latinas, a palavra *fides* significa simultaneamente fidelidade e fé. Com efeito, a fidelidade é parte constitutiva e essencial do vigor da fé e, portanto, de toda a região.

Muito especialmente nítido é o significado transcendente da fidelidade no campo das relações humanas. O que é o amor sem fidelidade? No fundo, uma mentira. Porque o sentido mais profundo de todo o amor, o “sim” interior que se pronuncia no amor, é uma íntima dedicação e entrega de si mesmo, que sobrevive sem prazo algum, inabalável através de todas as mudanças na correnteza da vida.

Um homem que, por exemplo, diga: “amo-te agora, mas por quanto tempo não sei”, nem amou realmente, nem faz ideia nenhuma da essência do amor. A fidelidade é tão essencial ao amor que qualquer um tem de considerar perene à sua dedicação. Isto vale para todos os amores: para o amor aos pais, para o amor aos filhos, aos amigos, para o amor conjugal. Quanto mais profundo é o amor, tanto mais o penetra a fidelidade.

É precisamente nesta fidelidade que repousa o especial brilho moral do amor, a sua casta beleza. O que o amor tem de especificamente comovente, naquele caráter único com que nos surge no Fidelio, de Beethoven, prende-se essencialmente com a fidelidade. A fidelidade imperturbável

do amor de mãe; a fidelidade inconcussa de um amigo, possuem uma especial beleza moral que toca o coração de quem se abre aos valores.

A fidelidade é, assim, o núcleo de qualquer amor grande e profundo, o que é que há, em contrapartida, de mais moralmente baixo e disforme do que a infidelidade manifesta, a antítese radical da fidelidade, que ultrapassa largamente a inconstância? Que mácula moral se pode comparar com a do traidor que, por assim dizer, apunhala o coração que se lhe ofereceu cheio de confiança e indefeso?

Quem for falto de fidelidade na sua atitude fundamental é um Judas perante todo o mundo dos valores éticos. Sem dúvida, há homens para quem a fidelidade não passa de simples virtude burguesa, de mera correção ou probidade. O homem livre, grande, genial – assim pensam eles – não precisa da fidelidade. Néscio mal entendido! Talvez haja, efetivamente, uma espécie de fidelidade inócua e complacente. Mas o certo é que a autêntica fidelidade é parte indispensável, constitutiva de toda a grandeza moral, de toda a verdadeira força e profundidade de uma personalidade.

A autêntica fidelidade de que aqui tratamos é o contrário da mera probidade burguesa ou da simples atitude de quem se aterra aos seus costumes. Não deriva também de um temperamento apático, como a inconstância não deriva de um temperamento vivo e impulsivo.

A fidelidade é uma resposta livre e cheia de sentido ao mundo da verdade e dos valores, à sua significação imutável e autônoma, às suas exigências próprias. Sem a atitude fundamental da fidelidade, não há nenhuma cultura, nenhum progresso no conhecimento, nenhuma comunidade; mas, sobretudo, nenhuma personalidade moral, nenhum amadurecimento moral, nenhuma vida interior una e consistente e nenhum amor verdadeiro. Todo o esforço de educação tem de ter em conta este significado fundamental da fidelidade em sentido amplo, se não quiser condenar-se de antemão ao malogro ■

Aniversário do MARECHAL EDUARDO GOMES

Uma medalha e algumas histórias

Em 20 de setembro celebra-se o aniversário do Marechal Eduardo Gomes. Nascido em 1896, ele faria 124 anos. Durante a minha vida na Aeronáutica tornei-me admirador deste homem que é um mito e Patrono da Força Aérea Brasileira.

Em várias ocasiões, de alguma maneira, senti a grandeza dos seus feitos e o exemplo que nos deixou. Em 20 de julho de 2018, recebi a Medalha Eduardo Gomes, outorgada àqueles que se distinguiram nas atividades escolares durante a sua carreira na FAB. Muito justo o nome dado a essa medalha por ter sido ele um dos melhores alunos dos cursos que fez, a ponto de receber o apelido de “matemático”, e também por ter deixado marcantes lições de vida.

Ao recebê-la na Base Aérea de Brasília, o meu pensamento voltou-se para o Brigadeiro Eduardo Gomes em razão de ter sido ali a única vez que tive a oportunidade de encontrá-lo e falar com aquele homem que foi um personagem marcante da História do Brasil.

Esse encontro ocorreu no dia 5 de julho de 1972. Naquele dia, com a Câmara dos Deputados e o Senado reunidos, o Congresso Nacional prestou-lhe significativa homenagem pelo Cinquentenário da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, a primeira revolta tenentista da República Velha.

Em 1922, um grupo de tenentes tentou derrubar o Presidente da República Epitácio Pessoa. Aqueles jovens idealistas defen-



Brigadeiro Eduardo Gomes - Pintura de J. G. Fajardo - óleo sobre tela - Acervo Clube Militar

diam um sistema político democrático autêntico, sem fraudes nas eleições e um país sem corrupção. Após forte tiroteio na Praia de Copacabana, as tropas do Governo mataram quase todos os rebeldes, tendo sobrevivido apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes, este gravemente ferido.

Naquele cinco de julho de 1972, como capitão Ajudante de Ordens do Ministro da Aeronáutica Araripe Macedo, fui com ele à Base Aérea de Brasília para receber o Brigadeiro Eduardo Gomes, que começou a descer a escada do avião Viscount com dificuldade. Por solicitação do ministro, subi rapidamente na escada, apresentei-

-me ao Brigadeiro e disse que estava ali para ajudá-lo. Com voz branda ele disse: “muito obrigado, capitão; eu não preciso de ajuda, pode descer”. Ali estava refletida a imagem de um homem polido e firme. Primeiro o agradecimento, depois a recusa.

A seguir rumamos de carro para o Congresso Nacional, e aí veio um fato de grande importância histórica. Durante o trajeto, o ministro perguntou: “Eduardo, 50 anos hoje, o que você lembra daquele dia?” E o Brigadeiro contou que ao levar o tiro a dor foi tão forte que ele desmaiou, só acordando no hospital. Lá recebeu um visitante ilustre que perguntou: “Tenente, você sabe quem sou eu?” O Brigadeiro respondeu: “Sei, o senhor é o Presidente da República”. “Não só o Presidente da República, também o Comandante Supremo das Forças Armadas”, disse Epitácio Pessoa, perguntando se ele achava certo revoltar-se contra o Comandante Supremo. E o Brigadeiro complementou: “Aí, Araripe, eu pensei nas fraudes das eleições, na corrupção e na perseguição injusta à oposição, e disse acho sim senhor”. O presidente prosseguiu: “Se você acha certo, por que os seus companheiros não o acompanharam?” “Foi quando eu constatei que o pessoal do Forte Copacabana tinha sido traído, pois os oficiais da Vila Militar se comprometeram a aderir à revolta”, disse ainda Eduardo Gomes.

Belas lições deste fato. Ficaram patentes a magnanimidade e a humildade de um Presidente da República ao visitar, no hospital, um tenente ferido que se

revoltou contra ele, e a firme posição de um tenente na defesa dos seus ideais. Durante toda a sua vida, Eduardo Gomes lutou pela democracia, pela justiça e pela honestidade.

Foi um dos fundadores do Correio Aéreo Nacional, contribuindo para a integração e o desenvolvimento das regiões do nosso imenso país. Em 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica, em plena Segunda Guerra Mundial, ainda como coronel e logo depois promovido a brigadeiro, foi nomeado primeiro comandante da Primeira e da Segunda Zona Aérea, depois transformadas em Primeiro e Segundo Comando Aéreo Regional, respectivamente. Ressalte-se que as áreas do Norte e Nordeste eram da maior importância estratégica em razão do conflito.

Em 1945, como major brigadeiro, deixou o comando para candidatar-se à Presidência da República. Foi na campanha eleitoral que o docinho brigadeiro se espalhou pelo país.

Sabedoras de que Eduardo Gomes gostava muito daquele docinho, senhoras integrantes da União Democrática Nacional do Rio de Janeiro e admiradoras do brigadeiro difundiram a receita para senhoras dos locais onde ele faria comícios. Em algumas cidades, eram vendidos para angariar fundos para a campanha. Assim, o docinho popularizou-se no Brasil, foi denominado brigadeiro e virou motivo de alegria para a garotada.

Derrotado nas eleições, voltou ao serviço ativo, tendo sido Ministro da

Aeronáutica nos governos dos presidentes Café Filho e Castelo Branco. Nas duas vezes, assumiu o Ministério em época de graves crises políticas, sendo sempre conciliador, enérgico e competente condutor dos destinos da Força Aérea Brasileira.

Em 1997, assumi o cargo de comandante do Segundo Comando Aéreo Regional. Para mim, foi motivo de justo orgulho exercer um comando que tinha sido do Brigadeiro.

No Nordeste, edificou as bases aéreas de Fortaleza, Natal, Recife e Salvador, e construiu centenas de residências para os militares da Aeronáutica, sempre pensando em primeiro lugar no bem-estar dos seus comandados. O patrimônio por ele deixado é de imensurável valor e deve ser preservado.

Na Segunda Zona Aérea, o seu primeiro motorista foi o Cb Milton Queiroz de Almeida, hoje tenente reformado residente em Recife. Pelas conversas mantidas com ele, foi possível ver no Brigadeiro a figura de um homem de notável força moral, muito calmo, extremamente perspicaz, de grande religiosidade, sempre preocupado com os subordinados e com a disciplina da tropa. Tinha grande capacidade de ouvir, orientar e ajudar, sendo admirado por todos e considerado um autêntico líder.

No mês em que se comemora o seu aniversário, nada mais justo do que ressaltar o trabalho primoroso por ele realizado em benefício da Aeronáutica, e prestar uma especial homenagem ao Patrono da Força Aérea Brasileira ■



Foto da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Eduardo Gomes é o primeiro da esquerda para a direita

AS GERAÇÕES DA AVIAÇÃO DE CAÇA NO BRASIL: PASSADO, PRESENTE, FUTURO?

Incentivado por uma troca recente de mensagens entre dois excelentes oficiais do Esquadrão Adelphi (sério que cometi um pleonasmo?), resolvi uma vez mais vencer minha tradicional preguiça e escrever algumas linhas sobre o que, há algum tempo, falei durante um “Picadinho Jesus Está Chamando”, ao apresentar as Velhas Águias ali presentes, de forma que os pilotos de Caça mais jovens soubessem de quem se tratavam e do respeito que aqueles caçadores mereciam por tudo o que haviam feito pelo engrandecimento da Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira.

Naquela ocasião, por inspiração do momento, resolvi apresentá-los segundo as aeronaves que voaram e, sem querer, acabei por dividir a história da Caça no Brasil em gerações, função das capacidades operacionais que cada uma a meu ver possuía, e que acabaram por corresponder, grosso modo, a quartéis de século que, reportando-me ao título deste artigo, corresponderiam à história passada e presente da Caça no Brasil. E nesse embalo não há como especular como será o futuro, a partir dessas mesmas experiências vividas.

É, enfim, um exercício despretensioso numa tarde de sexta-feira de pandemia, mas que poderá incentivar outros a se arriscarem em suas experiências passadas e em suas visões de futuro. Fica o repto!

PRIMEIRA GERAÇÃO PASSADO (1945-1970)

DA HÉLICE AO JATO SUPERSÔNICO

Naquele instante do “Picadinho”, em outubro de 2019, estavam ali presentes

oficiais que começaram sua carreira como pilotos de caça voando P-40 e P-47 e que chegaram ao fim da carreira voando F-5. Tivemos até a ventura de contar com a presença de um oficial que participou do primeiro Estágio de Seleção de Pilotos de Caça, em 1946, e que terminou sua carreira voando F-5E, o Brig Marion. Além dele, faço uma menção especial ao Maj Brig Silas e ao Cel Janvrot, dois outros pilotos que também participaram desse primeiro estágio e não puderam comparecer ao evento por motivos de força maior.

Não podemos esquecer também do Brig Motta Paes, esse sim um veterano Jambock da guerra na Itália, que terminou sua carreira como major brigadeiro voando no Mirage F-103E (monoplace). Quando me recorro que todos estes oficiais citados já eram pilotos de Caça e eu não era nem nascido, sou obrigado a lhes render um enorme preito de gratidão e admiração!

Durante esse período, 1945 a 1970, a Aviação de Caça brasileira evoluiu do avião à hélice (P-47/P-40), fez a transição para o jato puro (F-8/F-80/TF-33 e AT-26) e terminou nos supersônicos F-103/F-5E, em que a grande novidade, além da óbvia *performance* supersônica, foi a incorporação, no painel principal de instrumentos, de uma pequena tela correspondente ao radar de bordo, além de mísseis ar/ar instalados nas asas.

Em termos de capacidade, esta primeira geração transportou a caça dos motores a pistão, limitada aos 30.000 pés de altitude e voltada, mormente, para missões de ataque ao solo, para uma caça voando a 50.000 pés e executando missões

típicas de superioridade aérea clássica de Defesa Aérea.

Evoluímos das formaturas baseadas no Ataque 2 para a filosofia de Linha de Frente Tática e conceitos de Caça Livre e Caça Engajado, além de uma nova doutrina de Combate Aéreo que revolucionou a maneira com que a Caça evoluía no espaço, operacionalmente falando.

Na Caça, os pilotos desse período foram selecionados em aeronaves P-47, depois F-80 e, finalmente, nos T/TF-33.

Coincidentemente, e de uma forma ampla, essa geração corresponde aos pilotos ainda formados na então Escola de Aeronáutica dos Afonsos, berço da Aviação Militar no Brasil.

SEGUNDA GERAÇÃO PASSADO RECENTE (1970-1995) DO ANALÓGICO AO DIGITAL

Aos pilotos mais jovens presentes no “Picadinho”, apresentamos, também, uma segunda geração de pilotos de Caça bem antigos, desconhecidos da maioria, que tiveram sua formação realizada quase que totalmente na Academia da Força Aérea (AFA) em Pirassununga, e que tinham em comum, em termos de Aviação de Caça, terem iniciado sua carreira de caçadores em aeronaves cheias de “reloginhos” e evoluído para outra plataforma, esta com capacidade de navegação e de ataque integrados, na qual os primeiros instrumentos de CRT (*Cathode Ray Tube*) e os desconhecidos HUD (*Head-Up Display*), associados a uma aviónica mais atual, acabaram por ampliar, sobremaneira, nossa capacidade operacional.



Começamos a conviver com sistemas eletrônicos de autodefesa passivos e ativos e com um ferramental disponível a bordo que permitiu nos afastar do conceito de que, em termos de ataque ao solo, o F-5E era tão somente um P-47 supersônico.

Saímos de um Erro Circular Provável (ECP) médio de 100 pés nas missões de ataque ao solo para um “ECP” de 10 pés, evoluímos dos bombardeios rasantes para bombardeios executados com precisão de grande altitude e, doutrinariamente, implantamos o conceito de “Pacote” e “Mission Commander” nas missões de ataque ao solo, um enorme salto operacional em relação aos antigos conceitos de Varredura usados na Segunda Guerra Mundial e, até então, em vigor em nossos esquadrões operacionais.

Na Caça, os pilotos desse período já fizeram sua seleção no curso de Caça em

aeronaves AT-26 Xavante, fabricadas sob licença no Brasil.

Diria que enquanto a primeira geração levou a Aviação de Caça brasileira às mais modernas técnicas e táticas em termos ar/ar, nossa segunda geração fez o mesmo em relação às doutrinas ar/solo.

TERCEIRA GERAÇÃO PASSADO-PRESENTE (1995-2020)

DO VISUAL AO ALÉM DO ALCANCE VISUAL, DO HI PARA A OPERAÇÃO H-24

A despeito do aparente paradoxo – passado-presente – estamos, de fato, findando mais uma era na Aviação de Caça e no limiar de uma nova fase que irá orientar o emprego da Caça no futuro.

Estamos no momento da “passagem de bastão” de uma geração para outra, do passado-presente, em que nos encontramos, para um presente-futuro que não

sabemos ainda muito bem como será, mas que começará a ser escrito brevemente.

A geração que hoje guarnece nossos esquadrões operacionais e que era representada pela grande maioria dos pilotos presentes em nosso “Picadinho” teve sua formação como pilotos de Caça realizada em Natal, voando aeronaves A-29, estas já desenvolvidas e fabricadas no Brasil, a partir de requisitos estabelecidos por nós. Foram eles que ultrapassaram os limites do combate ar-ar dentro do campo visual (WVR) para o além do alcance visual (BVR), e que superaram a barreira imposta pelo pôr do sol na execução de missões a baixa altura e de ataque ao solo, graças ao desenvolvimento de táticas e técnicas suportadas pela operação de Óculos de Visão Noturna (NVG) e *Forward-looking infrared* (FLIR).

Foi essa mesma geração que, em termos de ataque ao solo, nos levou de um ECP de 10 pés a um ECP de apenas um pé,

mesmo em condições marginais de tempo, graças aos armamentos de precisão guiados a laser, GPS e INS. Se no passado discutíamos a área ou o alvo a ser bombardeado, hoje identificamos a janela em que queremos que nosso armamento penetre.

E alguns dos pilotos dessa geração ali presentes, já de cabelos brancos, agora observavam com emoção os muito mais jovens, cantantes e entusiasmados caçadores que, “assumindo o bastão”, serão os grandes responsáveis em consolidar a doutrina hoje existente em nossos esquadrões e estabelecer as bases para o desenvolvimento de doutrinas futuras para os novos pilotos de Caça que, eventualmente, ainda nem ingressaram nas fileiras da Força Aérea.

Serão esses jovens pilotos que escreverão, a partir de folhas de papel ainda em branco, a futura doutrina operacional da Força Aérea Brasileira para o próximo quartel de século.

QUARTA GERAÇÃO FUTURO (2020-?)

GUERRA CENTRADA EM REDE E OPERAÇÕES CONJUNTAS TRIPULADAS E NÃO TRIPULADAS

O mundo evolui tão rapidamente que qualquer ideia de imaginar o futuro corre o risco de rapidamente se tornar obsoleta e motivo de ironia. Acabamos de ver, inclusive, a recente missão de uma nova nave tripulada à Estação Espacial Internacional (ISS), em que saltou aos olhos a impressionante evolução nos trajes espaciais e no painel de controle da chamada “SpaceX/Crew Dragon”, completamente diferente do utilizado na última missão espacial americana há, tão somente, nove anos.

Qualquer coisa que se possa escrever no momento será pura especulação, mas a novíssima aeronave de Caça Gripen NG que brevemente receberemos – a previsão da primeira é para daqui a apenas 3/4 meses – e o que está acontecendo nas forças aéreas dos países mais avançados com as quais, eventualmente, poderemos operar de forma conjunta como uma Força



P-47 Thunderbolt em recreação de cena histórica
Foto Sgt Johnson

Aérea Componente permite-nos imaginar alguma coisa de mais concreto.

Certamente as arenas de combate já dominadas operacionalmente – combates BVR e ataques ao solo a qualquer tempo com armamentos de precisão cirúrgica – serão cada vez mais expandidas em termos de dimensão e precisão.

As comunicações entre os caçadores serão as mínimas possíveis, eventualmente “não existentes”, função de um sistema de *data link* cada vez mais robusto e amplo, numa operação de guerra centrada em rede onde o ciclo OODA (**O**bservar, **O**rientar, **D**ecidir, **A**gir) será continuamente aperfeiçoado, levando aquele que mais rápida e eficientemente realizar esse ciclo a destruir o alvo inimigo e obter a vitória na guerra.

Os capitães e tenentes que hoje guardam nossos esquadrões operacionais da Caça, e todos aqueles que ainda estão em nossas escolas de formação ou que ainda nem entraram na Força Aérea ou nem nascidos são, serão os que irão operar nesse ambiente extremamente exigente e para tal terão de se preparar.

Eles serão aqueles que, certamente, irão responder às perguntas que muitos hoje fazem, se os pilotos de Caça se tornarão uma “raça em extinção” no futuro, em virtude das capacidades cada vez mais elevadas demonstradas pelos atuais “Drones”,

“UCAV”, “UAV”, “ARP” ou outra sigla que venham a ter.

Nesse sentido, permitam-me reproduzir (devidamente autorizado) os pequenos textos retirados da troca de mensagens dos dois excelentes Adelphis (olha o pleonismo aí novamente!) citados no início deste artigo e que me motivaram a escrever este texto. São instigantes pensamentos referentes a conceitos novos sobre “*Loyal Wingmen*” que de alguma forma poderão influenciar as operações de Caça no futuro.

Interessante ressaltar que ambos trabalharam e trabalham intensamente no acompanhamento e desenvolvimento do Programa Gripen.

Na ocasião, assim disse o Adelphi 47: “*muito se falou (e ainda se fala...) na ‘última geração’ de pilotos de Caça, que viriam a ser substituídos por drones UCAV. Agora, cada vez mais, vemos o caminho dos ‘loyal wingmen’ tomando o espaço das notícias que prospectam o futuro do ambiente aéreo das operações militares.*

“*A tecnologia avança, de fato, de uma maneira que até nos ‘autoriza’ a pensar que nada é impossível. Não é tão difícil pensar em um Gripen E, por exemplo, voando e combatendo sem piloto, tomando ‘decisões’ com base em inteligência artificial e algoritmos complexos, além de se ‘autopilotar’. Tudo isso é possível. Porém, é possível imaginar que um elemento chamado ‘caos’ será eliminado dos ambientes*

de batalha, incluindo os ambientes aéreos?

“Talvez aí esteja o ponto. Nesse sentido, o compartilhamento do ambiente de combate entre aeronaves pilotadas e UAVs ‘leais’ ainda me parece mais ‘militarmente aceitável’. Em alguns casos, os UCAV poderão dar conta, sozinhos. Mas o campo de atuação do elemento humano em voo ainda parece existir no futuro do voo de Caça. Ao menos até onde a nossa vista alcança...”

“Creio que seja interessante estarmos atentos, sim, a esse caminho em desenvolvimentos futuros. Ou tudo isso seria apenas uma maneira de usar o ‘recurso remanescente’ dos aviões pilotados que ainda existem, até que eles não existam mais?”

“Fica a questão para se pensar.”

Em sequência, assim escreveu o Adelphi 26:

“Exato... Pude observar na última edição de Le Bourget, quando estivemos com o KC, a ‘proliferação’ desse novo ‘vetor’”. Daí me despertou o interesse, e tenho achado que seria uma nova área de atuação da nossa indústria.

“Esses ‘alas’ podem ter diversas aplicações e ampliam muito a capacidade do ‘líder’. Vi, naquela ocasião, ‘alas’ que podem carregar armamento adicional e sensores específicos. Sei que tais aeronaves necessitam de tecnologias complexas para atuarem de forma quase autônoma, permitindo o seu controle pelo piloto ‘líder’, ou de solo. É, certamente, um cenário futuro e acredito que devemos começar a pensar nisso.

“Juntamente com essa nova necessidade operacional, vislumbro isso como uma janela de oportunidade para que possamos desenvolver um sistema aqui no Brasil, ou em parceria com algum país. Suécia?”

“A EMBRAER domina todo o ciclo de desenvolvimento e certificação de aeronaves. Creio termos toda a capacidade para desenvolver uma aeronave dessas. Vejo essa opção muito mais promissora e economicamente viável do que desenvolver um caça novo.



“O Gripen será o nosso caça por muitos anos. Seu substituto só será necessário e viável daqui a pelo menos 30 anos, creio.

“Precisamos manter nossa indústria viva. Aproveito esse seleto grupo para fomentar essa ideia. Podemos debater as diversas aplicações de um vetor como esse. Vai ficar claro o quanto isso vai aumentar a capacidade operacional das aeronaves atuais.”

Nota minha: São ou não são excelentes oficiais Adelphis? (Não falo mais do pleonismo!)

Além desse conceito de *Loyal Wingmen*, podemos especular, ainda, que na futura arena de nossos pilotos de Caça eles operarão de forma conjunta com uma “esquadrilha” de drones (*Drone Swarm*), que os auxiliarão na efetiva condução da missão.

São conceitos que, eventualmente, em nosso contexto sul-americano, podem estar por demais distantes, mas se um dia formos operar como Força Aérea Componente num contexto internacional determinado pela ONU, obrigatoriamente, teremos de estar minimamente familiarizados com eles, para não sermos os “cegos em tiroteio de bambas”!

CONCLUSÃO

Procurei neste artigo falar de gente, de pilotos de Caça, de carne e osso que

guarneceram, guarnecem e haverão de guarnecer nossos Esquadrões de Caça.

Não tive a intenção de contar a história da Aviação de Caça brasileira, mas sim dos pilotos que a construíram, constroem, e haverão de construir. Sentir-me-ei extremamente recompensado se cada piloto de Caça, que de alguma forma venha a ler essas linhas tenha se localizado ao longo da história e percebido o quanto ele contribuiu para o nosso engrandecimento.

Cada geração teve as suas dificuldades, as suas crises e frustrações, mas a cada uma delas deu a solução adequada com os instrumentos que estavam à sua disposição à época.

Nenhum dos “tijolos” foi mais importante que outro, e espero que cada piloto de Caça tenha identificado “o seu tijolo” e a enorme importância da sua contribuição para o engrandecimento da nossa Aviação de Caça e da nossa querida Força Aérea.

Todos unidos, com o mesmo propósito, e mantendo o mesmo brilho no olhar, que vimos durante o “Picadinho”, nos olhos do nosso piloto de Caça mais antigo presente, da turma de 1946, que recebeu os ensinamentos e a doutrina transmitida diretamente pelos nossos bravos Jambocks que combateram na Itália.

O mesmo brilho no olhar! É isso que nos mantém!

**“HONRA A QUEM NOS PRECEDEU
E GLÓRIA A QUEM NOS SEGUIRÁ!” ■**

A ESTAÇÃO DE HIDROAVIÕES:



Elaine Gonçalves da Costa Pereira

Ten QOCON His
incaer@gmail.com

Reescrever fatos passados é um grande desafio. Entretanto os estudos de historiadores consagrados, como Jacques Le Goff e Pierre Nora, demonstram que é possível analisar o mesmo período, as mesmas fontes, e encontrar “novos problemas, novas abordagens e novos objetos”. Desta maneira, este artigo pretende revisitar o processo de construção do prédio da antiga Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos-Dumont, local que hoje abriga o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER).

Nas décadas de 1920 e 1930, a cidade do Rio de Janeiro passava por profundas transformações políticas, econômicas e sociais. O intuito era o de que a Capital Federal fosse uma cidade moderna, que representasse o progresso, a civilização, e que servisse de espelho para os outros estados da Nação.

A influência para as mudanças na cidade inspiravam-se no movimento modernista.

“O Rio de Janeiro presentificava, vivamente, esse espírito do moderno. Pólo de atração e irradiação de culturas das diferentes regiões e cidades brasileiras, a cidade possuía uma elite intelectual-artística que se mantinha em permanente diálogo com as ideias cosmopolitas. Em função desses fatores, a cidade adquire uma configuração social bastante específica. Junto a esse movimento de atualização cultural, que a projetava em direção ao cenário internacional, o Rio também possuía um corpo de tradições populares extremamente atuantes” (Velloso, 2007).

Entre os feitos realizados para atingir esse objetivo, destacam-se as inúmeras obras realizadas no intuito de melhorar a circulação e o aspecto da cidade. Na concepção do economista Carlos Lessa, o Rio de Janeiro, a partir da década de 1920, “sentia-se o bastião do Modernismo”, talvez melhor definido como “um mostruário caleidoscópio de estilo”, constatação influenciada

pela ascendente valorização da arquitetura. O misto de estilos arquitetônicos pode ser analisado em construções da época, como os edifícios do Ministério da Educação (1936-1943), do Ministério da Fazenda (1937-1943), da Associação Brasileira de Imprensa (1936-1938), do Aeroporto Santos-Dumont (1937-1944), e da própria Estação de Hidroaviões (1937-1938), objeto deste estudo.

É quase impossível escrever sobre o desenvolvimento do Rio de Janeiro, bem como o desenvolvimento da aviação na cidade, sem destacar o desmonte do Morro do Castelo, iniciado durante a administração do Prefeito Carlos Sampaio (1920-1922). O Morro, considerado como uma zona insegura e proletária, não combinava com a cidade, que estava prestes a celebrar os cem anos da Independência do Brasil, e que, em comemoração, seria anfitriã da Exposição Universal de 1922.

Da operação de desmonte, aterrou-se a área situada entre a Praia de Santa Luzia e a Enseada da Glória, até à Ponta do Russel,

AS RAÍZES DO INCAER



Presidente Getúlio Vargas inaugura o Aeroporto Santos-Dumont



Consolidated Commodore da Panair do Brasil, no cais flutuante do terminal de passageiros da Pan American, no aterro da Ponta do Calabouço, na década de 30

sendo denominada Esplanada do Castelo. De acordo com Juliana Silva Mattos (2007), o desmonte do Morro do Castelo foi retomado entre os anos de 1926 e 1928, na administração do Prefeito Prado Júnior (1926-1930), ampliando o aterro até à região da Ponta do Calabouço, já com o intuito de pouso de aeronaves.

A construção de um aeroporto no Rio de Janeiro, que serviria como espaço urbano para atender à evolução natural, ocorreu em um momento em que a aviação mundial passava por mudanças estruturais, visando sempre ao desenvolvimento tecnológico e ao progresso. Entre elas, a necessidade de adaptar as aeronaves a uma nova utilidade, ou seja, como transporte de passageiros, permitindo a inserção do Brasil na era da aviação comercial.

O transporte aéreo comercial iniciou-se na região da Ponta do Calabouço, com a utilização de hidroaviões. De acordo com o economista George Ermakoff (2010), o desenvolvimento da atividade aérea na região levou a prefeitura, no ano de 1934, a ceder um terreno mais amplo ao Ministério de Viação e Obras Públicas, destinado à construção de um aeroporto comercial, que foi batizado de Santos-Dumont, pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1936.

O processo de construção do aeroporto foi realizado por etapas e, entre as peculiaridades da empreitada, observa-se que o mesmo foi erguido no núcleo urbano e começou a ser utilizado, a despeito das obras incompletas.

Um dos pavilhões construídos para a

Exposição de 1922 era utilizado como estação de passageiros. A empresa americana Pan American Airways, cuja representação brasileira era da Panair do Brasil, construiu um terminal próprio, com toda a estrutura e o conforto necessários para atender seus passageiros, assim como um hangar e uma estação de hidroaviões.

Ainda segundo Ermakoff (2010), a iniciativa da empresa “mexeu com os brios” das autoridades brasileiras que resolveram construir dois terminais, um para hidroaviões e outro para os passageiros que embarcavam e desembarcavam em terra firme.

O periódico *Correio da Manhã*, do dia 12 de janeiro de 1937, noticiava a decisão do governo em abrir um concurso para a apresentação de projetos que visavam à construção de uma estação de hidroaviões no Aeroporto Santos-Dumont. Anunciava, também, a abertura de novos concursos para a construção de outros edifícios e devidas instalações do aeroporto, como uma estação de passageiros e hangares.

A comissão julgadora foi constituída pelos engenheiros Augusto Vasconcellos Junior, Paulo Camargo de Almeida e William Preston, indicados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), e mais dois engenheiros do Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), Arnaldo Junqueira Ayres e Alberto de Mello Flores.

Os projetos deveriam ser entregues até o dia 15 de fevereiro daquele ano. O concurso, autorizado pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, recebeu dezessete propostas. O julgamento aconteceu entre 24 e 27 de

fevereiro de 1937, no Salão da Comissão de Eficiência do supracitado Ministério. Do total, sete foram recusados porque não atendiam às cláusulas do edital.

De acordo com o arquiteto Luiz Gonzaga Montans Ackel (2007), o projeto vencedor do concurso foi elaborado pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima, com o auxílio de seus alunos de urbanismo da Escola Nacional de Belas Artes.

Em seus estudos, Patrick Di Almeida Vieira (2014) constatou que Atílio Corrêa Lima nasceu em Roma, em 8 de abril de 1901, e formou-se engenheiro-arquiteto no Rio de Janeiro, pela Escola Nacional de Belas Artes, no ano de 1925. No ano seguinte, o arquiteto viajou para Paris, onde, após quatro anos, doutorou-se em urbanismo pelo Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris.

Ao regressar, assumiu a cadeira de urbanismo da Escola Nacional de Belas Artes. Entre os trabalhos mais renomados de Atílio, está a elaboração do Plano Piloto para a construção da capital de Goiás, Goiânia, elaborado entre 1933 e 1934. Também esteve presente na remodelação de Recife, entre outros tantos projetos. Por seus feitos, Atílio é considerado um dos pioneiros da arquitetura moderna no Brasil.

O projeto da Estação de Hidroaviões é uma demonstração clara da influência moderna imanente à arquitetura da época. Os estudos de Lauro Cavalcanti (2011) apontaram que a edificação de dois pavimentos possui a estrutura de concreto armado, com espaço fluído, grandes fachadas de vidro e mármore travertino romano.

O projeto previa, no primeiro andar, um terminal de transportes, com balcões para a venda de passagens, recepção de passageiros, área de carga e descarga de bagagens e ainda uma ampla escada, “cuja forma se alçava no espaço em metáfora de voo”, direcionando o público ao segundo pavimento.

Já no segundo andar, foi construído um amplo restaurante e um terraço panorâmico, com vista para a Baía de Guanabara. Uma outra escada caracol ligava o terraço ao jardim, localizado na parte inferior. A Estação ainda dispunha de uma marquise que protegia das intempéries e conduzia os passageiros até o ancoradouro, onde acontecia o embarque nos hidroaviões. Após vencer o concurso e ser contratado pelo Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), Atílio teve trinta dias de prazo para apresentar um projeto definitivo da Estação.

O contrato assinado por ele previa que o arquiteto deveria comparecer à obra três vezes por semana. As obras foram iniciadas no primeiro semestre de 1937 e foram concluídas em meados de 1938. A agilidade na construção ocorreu devido à crença de que o desenvolvimento do transporte aéreo seria realizado pelos hidroaviões, o que levou o DAC a dar total prioridade à obra.

De acordo com Luiz Gonzaga Montans Ackel (2007), era previsto, em contrato, que os honorários seriam pagos a Atílio de acordo com a tabela do Instituto de Arquitetos do Brasil:

“Que estabelecia uma taxa de 8% do valor da obra até o valor de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis) e 6% sobre o valor

que excedesse a este limite. Estava incluído nestes honorários o valor referente ao prêmio do concurso que seria pago em 12 parcelas. A primeira delas no ato da entrega do projeto, no valor de 10:000\$000 (dez contos de réis) e outras 11 parcelas mensais de 3:333\$000 (três contos, trezentos e trinta e três mil réis) todos os dias 10 de cada mês. O prazo total da realização das obras ficou estabelecido em 15 meses” (Luiz Ackel, 2007).

Durante a obra, todas as atenções de Atílio Corrêa Lima estavam voltadas para o projeto. Mesmo depois do prédio inaugurado, o arquiteto continuou cuidando do paisagismo da área externa da Estação de Hidroaviões, entregando a obra definitivamente finalizada no segundo semestre do ano de 1939.

Na obra *Rio de Janeiro 1930-1960*, de George Ermakoff, consta que a inauguração da Estação de Hidroaviões aconteceu em outubro de 1938, pelo Presidente Getúlio Vargas. Com o intuito de buscar imagens e notícias que ilustrassem o momento, a fim de anexar a este artigo, verificou-se que a data apresentada não era a mesma das publicações da época, despertando interesse para a análise de outras fontes.

Em periódicos da época, tais como *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, como também do *Anuário Estatístico do Distrito Federal*, consta que a inauguração foi realizada em 1º de novembro de 1938. Contudo, acredita-se que, mediante a grandiosidade e riqueza da conjuntura em que o prédio foi construído, e da tamanha representatividade da construção na história da cidade do Rio

de Janeiro, a definição da data não é de fundamental importância, até mesmo pela proximidade delas.

O auge do uso de hidroaviões ocorreu nos anos de 1920 a 1930. No Brasil, empresas como a Condor, Varig, Vasp e Panair do Brasil investiram naquela tecnologia, como apontam os estudos do autor Carlos Silva (2008). É importante ressaltar que o hidroavião representou um marco na aviação comercial brasileira. Acreditava-se que pousos e decolagens feitos em rios e mares seriam mais viáveis economicamente, além de mais seguros.

A construção de aeródromos e aeroportos corroborou para uma mudança no perfil dos aviões comerciais, de tal forma que, o irrefutável avanço da aviação, na metade dos anos de 1940, fez com que os hidroaviões ficassem obsoletos. Nesse ínterim, o Aeroporto Santos-Dumont também acompanhou o progresso da aviação comercial.

Conforme visto neste artigo, a matéria do *Correio da Manhã* informava que, além do concurso para a construção da Estação de Hidroaviões, haveria também um certame para a construção da Estação Central de Passageiros do Aeroporto Santos-Dumont, cujo projeto vencedor foi o dos irmãos Marcelo e Milton Roberto. A obra foi iniciada em 1938 e concluída em 1945.

De acordo com Claudio Calovi Pereira (1993), o empreendimento era maior do que o da Estação de Hidroaviões e foi concluído em etapas. Além do terminal de passageiros, o projeto previa um local para os serviços técnicos do aeroporto e





um espaço para a sede do Departamento de Aeronáutica Civil. Contemplava, ainda, espaço para comércio, restaurante, balcões das companhias e serviços, tais como banco, correio e polícia.

As instalações do Aeroporto Santos-Dumont foram ocupadas à medida que as obras eram concluídas. Com isso, algumas das atividades da Estação de Hidroaviões foram transferidas para o novo complexo do Aeroporto.

Contudo, a Estação de Hidroaviões ainda recebia passageiros que chegavam em lanchas e seguiriam para as novas instalações do Aeroporto, de onde partiam os voos internacionais e nacionais.

De forma gradual, o edifício arquitetado por Atílio Corrêa Lima foi encerrando as suas atividades. O prédio da Estação ficou sem utilidade e, para atender algumas necessidades do Aeroporto, foi sendo paulatinamente descaracterizado, além de sofrer com a ação das intempéries e com a falta de conservação. O traçado da construção do viaduto demonstra a proximidade da obra com o prédio e a eliminação de parte do jardim.

Cabe ressaltar que a criação do Ministério da Aeronáutica (1941) uniu a aviação naval, militar e civil em uma única jurisdição, absorvendo, assim, o Departamento de Aeronáutica Civil, antes pertencente ao Ministério de Viação e Obras Públicas, e que administrava a Estação de Hidroaviões.

Nota-se que, a partir da década de 1950, cresceu o interesse de algumas instituições em ocupar aquelas instalações. A obra de Renato Alves Silva exemplifica que, em 1956, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), justificando o interesse em ocupar o

edifício, enviou um documento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), alertando sobre o risco de demolição do prédio da Estação, devido às obras de construção do Elevado da Perimetral.

De acordo com o arquiteto Antônio Colchete Filho (2008), a construção do elevado, na década de 1950, provocou a demolição do Mercado Municipal e de quase todos os prédios da Exposição do Centenário da Independência, áreas essas situadas próximas à Estação. Esse processo refletia mais um momento em que a cidade crescia em dissonância com os registros da história urbana, demonstrando a substituição de marcos e modelos de administração. As referidas obras destruíram, ainda, parte do jardim localizado à frente do edifício da Estação.

Este cenário intensificou as intenções do SPHAN em proteger a construção. O pedido de tombamento foi feito pelo renomado urbanista Lúcio Costa, que, naquele momento, era Diretor de Estudos e Tombamento do órgão. A proposta defendia que o prédio era um marco fundamental da arquitetura moderna. Os tombamentos preventivos ocorriam pelo temor em se perder algo “genuíno, original, atribuído como patrimônio nacional”, segundo Flavia Brito do Nascimento (2013), e impulsionavam os intelectuais do SPHAN.

A ideia de salvar as edificações ameaçadas e sem proteção era comum nos processos de tombamento da época, que periodizavam as obras coloniais e do movimento modernista. A antiga Estação de Hidroaviões foi uma das que recebeu este tipo de proteção preventiva, sendo efetivamente realizada no dia 29 de janeiro de 1957, quando

a edificação foi inscrita no Livro de Tombo das Belas Artes, volume 1, folha 82.

O SPHAN ainda enviou, em fevereiro de 1957, uma notificação ao Ministério da Aeronáutica, comunicando sobre aquele tombamento. Como visto, havia o interesse de algumas instituições em se instalar no prédio. O Ministério da Aeronáutica, por sua vez, optou por conceder o uso da edificação ao Clube de Aeronáutica, que ocupava, desde outubro de 1950, as instalações do antigo Pavilhão de Caça e Pesca, vizinho da antiga Estação de Hidroaviões, permitindo, assim, a expansão das suas atividades.

O processo do contrato de concessão ao Clube foi protocolado no Ministério da Fazenda, em 1959, sob o nº 345.102, e culminou no Decreto nº 47.240, publicado no Diário Oficial da União de 16 de novembro do referido ano, prevendo que o Clube utilizasse o edifício com fins sociais. As páginas da Revista Aeronáutica (1986) elucidam que, sob a responsabilidade do Clube de Aeronáutica, a edificação foi palco de eventos e bailes. As festas e exposições aconteciam na parte inferior, que ficou conhecida como “salão de mármore”. O restaurante da parte superior foi reativado, servindo, inclusive, como local para refeições de oficiais do Ministério da Aeronáutica. O local também recebeu, posteriormente, uma biblioteca.

Em 27 de junho de 1986, foi criado, por meio do Decreto nº 92.858, o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), cuja finalidade era pesquisar, desenvolver, divulgar, preservar, controlar e estimular as atividades referentes à memória e à cultura da aeronáutica brasileira. Em março do ano seguinte, o Clube de Aeronáutica cedeu o prédio da antiga Estação ao INCAER, para que fosse sua sede.

A ideia de Pierre Nora de que a “memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem” pode ser relacionada à decisão de entregar o prédio da antiga Estação de Hidroaviões ao INCAER, haja vista que um local com tanta expressão na História da Aviação Brasileira deveria ser mantido por uma instituição cujo intuito é preservar a memória e a cultura da aeronáutica brasileira, atribuindo àquela edificação o valor necessário para a preservação da nossa História ■



Carlos Frederico G. Calvet da Silveira

Doutor em filosofia pela Pontifícia Universidade
San Tommaso - Roma
carlos.silveira@ucp.br

Thiago Cabrera

Doutor em filosofia pela UFRJ
(Extraído do livro *Filosofia na Praia*)

A OBRA DE ARTE EM

Na obra de Heidegger, de forma célebre desde *Ser e tempo*, publicado originalmente em 1927, a interpretação da experiência cotidiana de mundo serve como ponto de partida para o pensamento filosófico, em contraposição à visão científica, com sua sobreposição de constructos e teorias. Enquanto habitamos o mundo, não nos relacionamos com as coisas primariamente como objetos científicos. Não me encontro habitualmente num

espaço de coordenadas geométricas mas antes num lar, numa escola, numa floresta.

De alguma forma, sei agora, por exemplo, que ao meu redor estão a minha estante repleta de livros mais ou menos arrumados, a minha escrivaninha sobre a qual se apóia o computador onde eu escrevo este texto, uma pilha de papéis com anotações pessoais e ainda a xicara de café que preparei há pouco, ainda a exalar seu odor característico.

A janela aberta deixa entrar a luz fraca deste dia nublado e o vento gentil de inverno, que me lembram outras manhãs agradáveis de escrita e leitura; os ruídos indistintos são os de uma vizinhança urbana familiar.

Embora não me volte tematicamente para todo esse conjunto de saberes sobre o meu mundo circundante, dificilmente se pode duvidar de que seja por ele que eu me oriento cotidianamente.

HEIDEGGER E MERLEAU-PONTY

Na verdade, mundo se dá imediata e permanentemente como essa teia de significados, referências, valores, sintonias de humor e formas de vida. É derivadamente que se nos abre o “*mundo*” artificial das ciências naturais com suas entidades postulacionais, modelos, leis, técnicas e procedimentos. De região circunscrita e secundária dessa teia, contudo, a ciência passou a reclamar o *status* de terreno e solo originário de

onde todo mundo e todo significado pode emanar.

A fenomenologia procura mostrar, em contrapartida, que os sentidos e mesmo as corporalidades que constituem o mundo que habitamos concretamente são irreduzíveis ao discurso científico. No início do filme *2001: uma odisséia do espaço*, por exemplo, o desvelamento do osso como utensílio de caça é um acontecimento originário: esse sentido que de

repente se revela ao primata a caminho do ser-homem jamais poderia ser derivado das propriedades físicas e químicas do osso. Numa leitura heideggeriana do filme, a possibilidade de ser instrumento do osso não é criação da subjetividade humana, mas, ao contrário, se abre para ele, ao mesmo tempo constituindo o seu mundo e a sua possibilidade de ser-homem. De toda forma, o aparecimento do osso e da natureza em geral nas suas possibilidades

de uso precede seus aparecimentos como objetos de conhecimento científico. A visão desencarnada da ciência é muito mais uma construção sobre aquilo que é dado fenomenologicamente do que o contrário.

A verdade em sentido mais originário, segundo Heidegger, é, por isso, o próprio acontecimento do desvelar de um sentido, ou mais amplamente, de um complexo horizonte de sentidos, pelo qual podemos compreender e nos relacionar com as coisas e com as pessoas. No cotidiano, é porque “a verdade está em obra” que estamos junto às coisas, ocupando-nos com elas em algum fazer, e estamos com outras pessoas, preocupando-nos com elas de modo especial. Contudo não é no cotidiano que visamos tematicamente esse próprio horizonte de sentido pelo qual essa ocupação e essa preocupação se fazem possíveis. Usamos o osso, e o pré-compreendemos como utensílio, mas não visamos esse uso como sentido possível que se nos desvela. É na filosofia de caráter fenomenológico ou na própria experiência da arte que visamos horizontes de sentido e o acontecimento da verdade como instalação desses horizontes.

Na obra de arte, segundo Heidegger, se põe claramente para nós em obra o acontecimento da verdade. Nos termos do filósofo em *A Origem da Obra de Arte*, seu texto mais importante sobre o tema, escrito entre 1935 e 1937 e publicado em 1950, “a obra de arte instala um mundo e produz a terra” (2000:36).

Em todo aparecimento, para a fenomenologia, ao mesmo tempo em que algo se presentifica, se desvela, algo se oculta e se retrai. No exemplo clássico de Husserl, ao contemplarmos um cubo, vemos a cada vez diretamente um de seus lados, enquanto os demais se escondem, embora continuemos compreendendo numa percepção contínua que estamos vendo um e o mesmo cubo, e que nunca deixaremos de concebê-lo, ainda que, implicitamente, em sua inteireza, isto é, como composto de todos os seus seis lados.

Na arte, contudo, para Heidegger,

quando vemos a pintura do sapato de Van Gogh, por exemplo, não vemos primordialmente o sapato representado, mas antes a forma de aparecimento do sapato, seu contexto ou horizonte de sentido: o mundo camponês de trabalho, fadiga, desgaste no campo. O sapato não está em uso, mas seu sentido “*intramundano*” não desapareceu, como seria numa análise científica do objeto, mas ao contrário, se revela tematicamente. Nas belas palavras do filósofo:

“Na escura abertura do interior gasto dos sapatos, fita-nos a dificuldade e o cansaço dos passos do trabalhador. Na gravidade rude e sólida dos sapatos está retida a tenacidade do lento caminhar pelos sulcos que se estendem até longe, sempre iguais, pelo campo, sobre o qual sopra o vento agreste. No couro está a umidade e a fertilidade do solo. Sob as solas, insinua-se a solidão do caminho do campo, pela noite que cai. No apetrecho para calçar impera o apelo calado da terra, a sua muda oferta do trigo que amadurece e a sua inexplicável recusa na desolada improdutividade do campo no inverno. Por este apetrecho passa o calado temor pela segurança do pão, a silenciosa alegria de vencer uma vez mais a miséria, a angústia do nascimento iminente e o tremor ante a ameaça de morte. Este apetrecho pertence à terra e está abrigado no mundo da camponesa. É a partir desta abrigada pertença que o próprio produto surge para o seu repousar-em-si-mesmo”, (HEIDEGGER, 2000:25-26).

Ainda na interpretação de Heidegger, o templo grego abre uma clareira de sentido, uma forma de ver vida e morte, deuses e homens, sagrado e profano, trabalho e descanso. O mundo grego antigo em sua verdade plena se faz no habitar do templo, no participar em suas festas. Entretanto, na experiência da arte, como celebração de mundo, se faz ver também a terra, isto é, o que não se deixa reduzir ao nosso atual mundo histórico. O cálice na missa instala a aliança de sacrifício entre Deus e homem, mas também faz ver a produção do cobre como aquilo que poderia instalar outros

mundos, outros horizontes de sentido.

Na obra de arte, está em tela para nós a participação num horizonte de sentido assim como a sua própria produção. Mundo é o que é desocultado e desvelado nesse acontecimento privilegiado da verdade, e terra, o que se retrai e se fecha, o que não se deixa analisar e sondar, mas que aponta para outras possibilidades (ainda não abertas) de sentido.

Merleau-Ponty: O Olho e o Espírito

Retomemos agora *O Olho e o Espírito*, de Maurice Merleau-Ponty, que foi publicado primeiramente em 1961, por Sartre, na revista *Les Temps Modernes*, constando de cinco breves e densos capítulos. Trata, sobretudo, da pintura e de sua relação com a metafísica, ou melhor, da pintura como expressão do ser. Merleau-Ponty vê no gesto do pintor a expressão da nossa relação com o ser, a manifestação dessa “*gênese secreta febril das coisas no nosso corpo*”. A obra de arte, por sua vez, é a coisa visível vendo-se a si mesma, ou ainda, a visão fazendo-se visível. Em outras palavras, a obra de arte é reflexão.

Como vimos, Merleau-Ponty abre seu primeiro capítulo com sua reflexão sobre a pintura com uma crítica ao papel da ciência moderna no âmbito das experiências humanas. A ciência trata seu objeto como algo geral, considera o mundo como que pronto para suas explorações: “a ciência manipula as coisas e renuncia a habitá-las”, (MERLEAU-PONTY, 2004:15).

O pensamento operatório parece ser o máximo que o homem pode atingir hoje. O homem torna-se, por conseguinte, um verdadeiro *manipulandum*. É a partir desse breve diagnóstico que se reivindica a verdadeira experiência do homem com o mundo e com os outros – os corpos associados que se assediam mutuamente. A pintura e o pintor parecem tocar âmbitos do ser – têm uma ciência “*secreta*” que vai mais longe: “*É preciso que o pensamento de ciência – pensamento de sobrevoo, pensamento do objeto em geral – torne a se colocar num ‘há prévio’, na paisagem, no solo do mundo sensível e do mundo tra-*

balhado, tais como são em nossa vida, por nosso corpo, não esse corpo que é lícito afirmar ser uma máquina de informações, mas esse corpo atual que chamo de meu, a sentinela que se posta silenciosamente sob minhas palavras e sob meus atos”, (MERLEAU-PONTY, 2004:17).

É integração do corpo do pintor com o mundo que faz o pintor. O requisito básico é saber ver. E o ver está associado ao movimento do olhar (eu posso olhar!): o mundo visível e os projetos são partes totais do ser.

Meu corpo é vidente e visível, de modo que todos os aspectos da pintura influenciam nosso corpo. A imagem não é mera cópia, pois o olho vê o mundo e o que falta ao mundo para ser quadro. O olho é aquilo que foi comovido por um certo impacto do mundo, por isso a pintura desperta e eleva à sua última potência um delírio que é a própria visão. A interrogação da pintura visa a essa gênese secreta e febril das coisas em nosso corpo, e a visão do pintor é nascimento continuado.

“É preciso que com meu corpo des- pertem os corpos associados, os ‘outros’, que não são meus congêneres, como diz a zoologia, mas que me frequentam, que frequento, com os quais frequento um único ser atual, presente, como animal nenhum frequentou os de sua espécie, seu território ou seu meio. Nessa historicidade primordial, o pensamento alegre e improvisador da ciência aprenderá a ponderar sobre as coisas e sobre si mesmo, voltará a ser filosofia (...).”, (MERLEAU-PONTY, 2004:17).

E ainda: *“Que seria a visão sem nenhum movimento dos olhos, e como esse movimento não confundiria as coisas se ele próprio fosse seu reflexo ou cego, se não tivesse suas antenas, sua clarividência, se a visão não se antecipasse nele? Todos os meus deslocamentos por princípio figuram num canto de minha paisagem, estão reportados ao mapa do visível. Tudo o que vejo por princípio está ao meu alcance, pelo menos ao alcance de meu olhar, assinalado no mapa do ‘eu posso’. Cada*

um dos dois mapas é completo. O mundo visível e de meus projetos motores são partes totais do mesmo ser”, (MERLEAU-PONTY, 2004:19).

O capítulo III inicia com uma crítica ao modelo cartesiano de visão, que é o tato. A visão, na verdade, é ubiquidade e ação à distância, qualidades ignoradas por Descartes. A pintura tem estreita relação com a metafísica. Descartes, no entanto, não vê a relação entre a pintura e o ser. Fixa-se, por isso mesmo, no desenho. A pintura é então mera cópia do existente.

“O olho vê o mundo, e o que falta ao mundo para ser quadro, e o que falta ao quadro para ser ele próprio, e, na paleta, a cor que o quadro espera; e vê, uma vez feito, o quadro que responde a todas essas faltas, e vê os quadros dos outros, as respostas outras a outras faltas. (...) Instrumento que se move por si mesmo, meio que inventa seus fins, o olho é aquilo que foi sensibilizado por certo impacto do mundo e o restitui ao visível pelos traços da mão”, (MERLEAU-PONTY, 2004:23).

Não há visão sem pensamento, mas não basta pensamento para ver: a visão é pensamento condicionado. O mundo está em torno a mim e não diante de mim. A reivindicação final neste capítulo: a filosofia por fazer une-se à pintura.

A História da pintura moderna tem significado metafísico e este significado básico é, por um lado, a exploração de outras regiões do ser, e, por outro, sua própria manifestação. Assim:

1) a profundidade é a deflagração do

ser, porque é a experiência da reversibilidade das dimensões;

2) a cor é o lugar onde o nosso cérebro e o universo se juntam;

3) a linha não é mais, como em geometria clássica, o aparecimento de um ser sobre o vazio do fundo; é, como nas geometrias modernas, restrição, segregação, modulação de uma espacialidade prévia.

Portanto, o ver tornou-se metafísico. A visão não é certo modo de pensamento ou da presença de si: é o meio que me é dado de estar ausente a mim mesmo, de assistir de dentro à fissão do ser, no termo da qual me fecho sobre mim. Em pintura não há problemas separados, pois o pintor transforma os dados de todos os outros em nova experiência da realidade, de modo que a pintura nunca acaba. Enquanto durar o mundo... Haverá pintura.

Considerações finais

Entre Heidegger e Merleau-Ponty, em seus diferentes percursos fenomenológicos, abrem-se formas extraordinariamente novas de compreender a obra de arte. Com eles, podemos questionar o papel acessório e periférico em nossa existência atribuído a ela na visão técnico-científica de mundo, hegemônica desde há muito. Para ambos, o fazer e o experienciar da arte atingem um contato originário e insubstituível com o mundo e com o ser, um modo privilegiado de produzir-se da verdade que não apenas merece estimular e auxiliar o pensamento filosófico, mas tem seu lugar e valor próprios no habitar do mundo pelo homem ■



QUASE MORRI...

Aquela noite em Santa Cruz estava muito escura, e acho que até um pouco sinistra...

Estávamos em 1973. Eu e mais seis pilotos da minha turma, que havíamos chegado ao 1º Grupo de Caça em 1971, acabávamos de ser declarados Líderes de Esquadrilha de Caça. Éramos todos jovens tenentes, porém já com uma razoável experiência de voo, pois tínhamos voado o TF-33, o F-8 Gloster e o AT-26 Xavante, e acumulávamos já umas 450 horas de Caça.

Naquela noite eu estava escalado para ser o checador de uma esquadrilha em um voo por instrumentos noturno, do qual constavam procedimentos IFR, no Galeão e em Santa Cruz. Quem estaria sendo avaliado por mim era o Líder da Esquadrilha, que já havia apresentado alguns problemas durante o seu Curso de Liderança. Além do líder, o número três estaria também sendo avaliado.

Neste tipo de voo, o líder em formação é responsável pelo planejamento de toda a missão. Durante o *briefing*, que iniciou conforme previsto, 1h30 antes do horário marcado para a decolagem, todas as informações relativas ao voo foram passadas à esquadrilha.

O líder acertou os relógios, e iniciou sua explanação sobre todas as fases do voo: frequências rádio que seriam utilizadas, procedimentos de táxi e decolagem, reunião da esquadrilha, procedimentos por instrumento, velocidades utilizadas, procedimentos de emergência, enfim, tudo foi apresentado aos pilotos. O briefing se encerrou com a clássica pergunta: – “Alguém tem alguma dúvida?”

Nessa hora o checador, que é o responsável pelo voo e pela avaliação da

esquadrilha, faz algumas perguntas para verificar os conhecimentos dos pilotos em Curso.

Briefing encerrado, todos os procedimentos acertados, seguimos então para a Sala do OPO (Oficial de Permanência Operacional), onde recebemos as últimas informações sobre a meteorologia na área. Nessa hora recebi a confirmação do meteorologista que a base da camada de nuvens estava em torno dos 2.000 pés.

Já equipados com o macacão anti-G, colete salva-vidas e capacete de voo, dirigimo-nos para a pista. Antes, porém, passamos na Casa de Pista (como é conhecida a Sala da Manutenção), localizada ao lado do pátio de estacionamento, onde verificamos a disponibilidade e condições dos aviões. Dali, partimos acompanhados pelos mecânicos de voo, cada um para a sua aeronave.

Caminhando para o meu Xavante, dei uma olhada no céu e constatei novamente que a noite estava escura pra cacete. Não dava para ver nem estrela, nem lua, nada.

Para quem já operou noturno em Santa Cruz, deve estar lembrado do “negrume” em que se entra logo após a decolagem na pista 22 (rumo Sul): não há qualquer referência visual, pois não existem cidades ou aglomerações de casas, somente as águas escuras da Baía de Sepetiba e a Restinga da Marambaia. A primeira referência – a iluminação da vila de Itaguaí – só vai aparecer depois de quase 180° de curva pela direita.

Bem, naquela noite não deu outra: a pista 22 era a pista em uso...

O líder fez o cheque rádio no horário previsto e, logo em seguida, a Torre autorizou-nos a dar a partida nos quatro Caças.

Partida dada e cheques realizados, iniciamos o táxi. O líder passou pela minha frente, acompanhado a uma distância razoável pelo número 2, seguido pelo número 3. Só então iniciei meu táxi. Seguimos lentamente, mantendo a distância, em fila indiana, até à lateral da cabeceira da pista 22, onde estacionamos a 45° para o cheque final. Após novo contato com a Torre, esta autorizou então que a Esquadrilha entrasse na pista e tomasse posição para a decolagem.

Neste tipo de missão a decolagem da Esquadrilha é feita individualmente, pois a reunião das aeronaves após a decolagem vem a ser também uma parte importante do treinamento dos pilotos.

O líder tomou sua posição do lado esquerdo da pista, colado às luzes de balizamento. O número 2 parou à sua direita, bem próximo, em uma relativa de 45°, e assim o número 3, e eu, número 4, na mesma relativa, fechando a raia. Nesta posição, o último avião da Esquadrilha alinha os três capacetes de voo dos pilotos à sua frente, na mesma relativa de 45°. Pronto: estão todos em posição para a decolagem.

Decolagem autorizada, o líder comandou pelo rádio a aceleração dos motores para 100% e acendeu os faróis do avião. Este era o sinal de que ele estava pronto para decolar. Todos acenderam seus faróis, e o líder soltou os freios iniciando sua corrida de decolagem. A partir daí, o número dois esperou cinco segundos e soltou os freios. O número três agiu da mesma forma e também o número quatro. Assim, 15 segundos depois do líder, eu iniciei minha corrida de decolagem, com o tanque da ponta da asa passando rente

às luzes de balizamento, do lado direito da pista.

Alguns cuidados devem ser tomados neste tipo de decolagem noturna:

- os pilotos têm de manter “cravada” a reta na corrida de decolagem para não deixar turbulência para quem vem atrás, evitando também de pegar a turbulência do avião da frente;

- após a decolagem, o líder tem de se manter na reta durante um minuto no mínimo, subindo em busca da altitude recomendada – no caso 1.000 pés (300 metros) – antes de iniciar a curva de reunião;

- *sempre subindo*, o líder inicia uma curva de pequena inclinação para reunir a Esquadrilha, reduzindo o motor para 90%, e embalando o avião para 200 nós (350km/h).

Decolei, recolhi o trem de pouso e, sempre de olho no avião de número 3, reduzi um pouco o motor. Naquela situação, já dentro do “breu total”, a única referência que eu tinha eram as luzes de navegação dos aviões à minha frente.

Para quem não é do ramo, imagine-se pilotando um carro a 350 km/h e, na escuridão total, ter de se aproximar a dois metros de um outro carro, que está na mesma velocidade e em curva, e do qual você só vê as lanternas traseiras. Pois bem, com avião é muito mais difícil, porque além do mais, você tem de trabalhar nas três dimensões...

O líder iniciou a curva de reunião e, automaticamente, o número 2, o número 3 e eu iniciamos também as nossas curvas. Sempre cortando a curva do avião do líder e buscando uma relativa de 45° com a sua trajetória, a reunião da Esquadrilha deve normalmente ocorrer antes dos 180° de curva. É importante repetir que nessa hora, durante a reunião noturna, o piloto está com os olhos grudados nas luzes do avião à sua frente, que vem a ser sua única referência.

Lá pelas tantas eu me senti um pouco desconfortável. Alguma coisa estava errada. Porque a reunião estava demorando

tanto? Apesar de estar na relativa correta e com o motor a pleno, meu avião não estava se aproximando do número 3. Percebi então que o Xavante estava meio mole em minhas mãos, e o manche leve demais para o meu gosto.

Foi então que meu “Anjo da Guarda” – velho e querido amigo que me acompanha até hoje – bateu no meu ombro e falou bem baixinho: – “Olha pra dentro do avião, ô tenente!...” (Ele sempre me chamou pelo posto...). E eu olhei, e gelei...

Foi uma triscada de olho, uma fração de segundo, e o que eu vi primeiro foi o altímetro do Xavante (que fica no lado direito do painel frontal do avião) indicando que minha altitude estava abaixo de zero pés! Em seguida vi o mar, a superfície da Baía de Sepetiba, que estava tão próxima que a fraca luz de navegação da ponta de minha asa direita conseguia iluminá-la, dando-lhe um tom esverdeado assustador! Eu estava em uma curva pela direita, de quase 60° de inclinação, com uns 130 nós de velocidade, e prestes a colidir com o mar! Imediatamente nivelei as asas do Xavante, coleí o olho no indicador de atitude, e comecei a subir lentamente na reta, ganhando velocidade.

Depois que consegui levar o avião para uma situação controlável, ordenei ao líder para subir imediatamente para 2.000 pés, e reunir a Esquadrilha na vertical do VOR de Santa Cruz. Respirei fundo, e só então percebi que estava com a adrenalina a mil, saindo pelos ouvidos!

Como eu tinha ido parar naquela situação?

Atingi 1.000 pés e curvei para a direita, aproando o VOR. Como a base da camada de nuvens devia estar acima de 2.500 pés, logo avistei a Esquadrilha e me reuni a ela. A partir daí o voo seguiu normal, com a realização dos procedimentos previstos no Galeão e em Santa Cruz. Eu, porém, durante todo o voo, estava meio besta, pensando na minha quase “pulada de muro”.

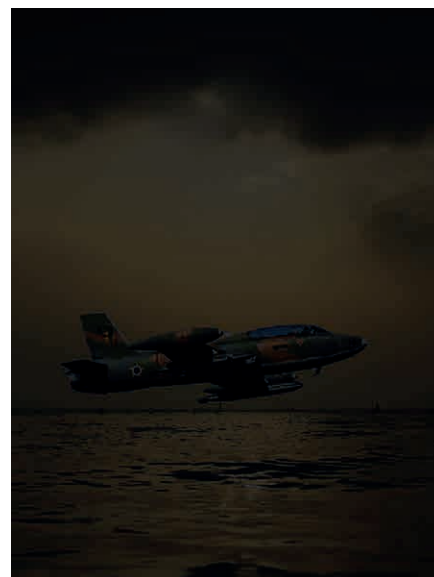
Pousamos em Santa Cruz depois de uma hora de voo, e fomos para o “debriefing”. Até aí eu não havia comentado nada

com os outros membros da Esquadrilha. O líder iniciou seus comentários sobre o voo e, quando chegou no item “curva de decolagem”, informou-nos que, devido ao fato de ter encontrado algumas nuvens pela frente, preferiu não entrar em condições de voo por instrumento (IFR) e, em decorrência disso, “teve de fechar um pouco sua curva de reunião e perder um pouco de altura...”

Agora a coisa estava explicada: eu quase “pulara o muro”, quase desencarnara, por conta dessa decisão. As consequências para mim, o número 4, que estava pendurado lá embaixo, na ponta do chicote, por muito pouco – questão de centímetros ou segundos – não foram trágicas...

Relatei então o que havia acontecido comigo, e a experiência serviu de ensinamento a todos os integrantes da Esquadrilha. Quanto ao líder, foi feita uma avaliação bastante detalhada de sua performance operacional pelo Conselho de Instrução do Grupo de Caça, que decidiu pela repetição da missão, e determinou ao Esquadrão um acompanhamento detalhado de seu desempenho em todos os voos dali para a frente.

Desta vez foi quase! Fazendo uma retrospectiva dos vários “inesquecíveis momentos” pelos quais passei em minha vida como piloto de Caça, creio que este foi um dos mais emocionantes, pois até hoje tenho “o filme” nitidamente gravado na memória ■



zetra **SEGURANÇA E PRIVACIDADE DE DADOS ANTECEDE A LGPD**

Em 2020, a fintech Zetra completa duas décadas no mercado brasileiro e 16 anos de parceria com a Força Aérea Brasileira, fornecendo a gestão de benefícios consignados segura e eficiente. Seja pelo aplicativo do celular ou no computador, o militar pode acessar o Portal de Consignações eConsig.

A plataforma que conecta o militar a diversos fornecedores de benefícios, via desconto em folha de pagamento, continua investindo fortemente na segurança das informações do Portal eConsig. Com a entrada em vigor da Lei 13709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), a empresa já realizou diversas ações para adequação e conformidade com a nova legislação.

“Para nós, a preocupação com segurança e privacidade de dados antecede a publicação da Lei 13709/18 (LGPD). Desde a criação do eConsig, plataforma pioneira e líder no mercado, atuamos como um canal entre as instituições financeiras/sociais (consignatárias) e os profissionais (servidores públicos/militares/colaboradores/aposentados) através da relação que eles têm com o empregador (consignante). Com isso, a Zetra se preocupa e investe fortemente na garantia da confidencialidade, integridade, disponibilidade e privacidade dos dados”, informa Eloi Rezende, diretor de Governança, Risco e Compliance da Zetra.

Cabe ressaltar que a empresa também é certificada na norma ABNT NBR ISO-9001 - Gestão da Qualidade desde 2015, e na norma ABNT NBR ISO/IEC-27001 - Gestão da Segurança da Informação desde 2013, e que optamos também por adotar os controles definidos na ABNT NBR ISO/IEC-27701, que é uma norma com diretrizes e requisitos específicos para Gestão da Privacidade da Informação, alinhada com a General Data Protection Regulation (GDPR) e a LGPD.



Eloi Rezende,
Diretor de Governança, Risco
e Compliance da Zetra.

Aponte a câmera do celular,
escaneie o QRcode e baixe o
aplicativo **eConsig**



Sobre a Zetra

A Zetra é uma fintech brasileira que oferta tecnologia e serviços que promove o bem-estar, inclusive financeiro, dos militares, servidores e empregados de empresas públicas e privadas. São 20 anos de atuação no mercado, com a missão de empoderar pessoas por meio dos seus salários.

O portal de consignações eConsig foi desenvolvido para conectar empresas e instituições a diversos fornecedores de benefícios, via desconto em folha, permitindo às pessoas o acesso fácil a uma cesta de produtos e serviços com melhores preços e condições, com contratação online, de forma ágil, conveniente e muito sustentável.

Atualmente, são cerca de 4 milhões de empregados beneficiados pela sua tecnologia em todo o Brasil e no mundo. A fintech brasileira atende o Tribunal de Contas da União (TCU), a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) a Peugeot/Citröen e muitas outras instituições fundamentais. Por meio da SalaryFits, possui atuação em países como o Reino Unido, Índia, Itália, Portugal, Espanha e México.

